

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 106ª
(CENTÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Dispensar a leitura da ata da sessão anterior e indago se algum Deputado deseja retificar a ata. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação, e como é de conhecimento de todos os Deputados, pois a ata é distribuída anteriormente, dou por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 105ª Sessão Ordinária, em 16 de novembro de 2017.

Não havendo Deputados para o início da sessão, a Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017		15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

(Suspensa às 15h03min, a sessão é reaberta às 15h21min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, quero, mais uma vez, saudar os vigilantes que estão aqui na batalha e parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela mobilização, pela luta aguerrida por aquilo que S.Exa. acredita e por estar muitas vezes em embates nesta Casa, sempre defendendo o trabalhador.

Sr. Presidente, quero fazer um relato. Na semana passada, a CPI da Pedofilia fez uma audiência pública de extrema relevância para a nossa sociedade, na minha avaliação. Um tema extremamente polêmico, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Vínhamos debatendo, nas audiências públicas da CPI da Pedofilia, ações que deveriam ser implementadas para a proteção da criança e do adolescente. Em todas as audiências, constatamos que a rede de proteção da criança e do adolescente no Distrito Federal, infelizmente, só existe no papel, e falta uma implantação de fato dessa rede, que é, além de se terem os conselhos tutelares bem estruturados, além de se ter uma rede de assistência social, também a garantia, Deputada Luzia de Paula, de direitos mínimos para as crianças e adolescentes no Distrito Federal.

Temos aqui uma legislação que inova no País, que inibe o contingenciamento de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas, infelizmente, esses recursos não conseguem chegar à ponta, que é a proteção da criança e do adolescente.

Vimos, recentemente, uma criança que, infelizmente, por uma fatalidade e um descuido primeiro do Estado – eu não quero dizer do governo, mas do Estado – de não ter planejado a construção de uma escola no Paranoá Parque... E essa criança ou essas crianças se deslocam trinta quilômetros, saindo do Paranoá Parque até a escola do Cruzeiro.

Muitas pessoas colocaram culpa na escola, em a, b ou c. Na minha avaliação, Deputado Joe Valle, o que faltou foi um planejamento no início da construção do conjunto habitacional. Quando se construiu esse conjunto habitacional, quando foi entregue o conjunto habitacional para as famílias de vulnerabilidade social, na minha avaliação, o que aconteceu foi, no início – salvo engano, em 2015 –, a suspensão de um processo de licitação para a construção de uma escola naquele lugar. Havia um

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

processo em andamento. Era, sim, necessário fazer alguns ajustes, mas se resolveu suspender essa licitação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Permita-me falar, até porque quero começar, naturalmente, saudando os trabalhadores da segurança aqui na Casa, hoje.

Eu gostaria de dizer a V. Exa. que, logo no primeiro horário de ontem, fomos tratar desse tema na Secretaria de Educação. Nós, inclusive, fizemos todo um levantamento dos gastos na área da alimentação escolar e queremos apresentá-lo, inclusive, aos colegas Deputados. Apresentamos ao secretário substituto um debate quanto à própria qualidade da alimentação escolar, que é gravíssima.

Coincidentemente, na sexta-feira, no Pôr do Sol, lá na altura da 702, há uma escola pública, que é a Escola Classe 32. Um dos professores com o qual eu estava reunido exatamente mencionou um problema mais grave, Deputado: a questão da qualidade. O frango é enlatado, o feijão é enlatado, a carne é enlatada. É uma situação gravíssima a que estamos vivendo. Pipoca, biscoito, uma alimentação absolutamente inadequada! O próprio professor disse: “Deputado, o suco aqui é de pó”. Ou seja, extremamente inapropriado do ponto de vista da qualidade da alimentação para as nossas crianças.

A questão da necessidade... O Paranoá tem necessidades não só porque o Paranoá Parque foi criado, não. Há outras necessidades como, inclusive, a inexistência de espaço para construir. O espaço surgiu com a criação do Paranoá Parque. Então, concordo: é um problema estrutural. A grande questão é uma criança sair cedo como sai, chegar à escola e não ter um café com leite reforçado com pão. Ela fica subnutrida para passar um tempo relativamente longo.

Desculpe-me, mas acho que a questão das escolas vai persistir e não é só no Paranoá Parque, mas também no Riacho Fundo II, onde estamos tendo problemas gravíssimos. A única sala de aula, escola que esse governo construiu fica na Guariroba, na área rural de Samambaia, que tive a oportunidade de visitar. É uma excelente escola, tem uma excelente estrutura escolar, mas não se construiu mais nenhuma unidade; houve adaptações. Estamos com esse problema, que foi dos governos anteriores e é deste governo. Só que, como tivemos aqui, recentemente, um pedido de empréstimo... Não se faz um pedido de empréstimo para se construir uma escola! Eu não consigo entender isso! Por que o Estado, devendo a bancos a construção da escola, vendo crianças dentro de uma escola... É muito mais realizável do que ele saber as reais condições do processo de endividamento do Estado, todos nós aqui sabemos, é um dos mais baixos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017		15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

Então, isso sim é que é extremamente grave. A educação tem que ser uma meta prioritária em qualquer circunstância. É preferível o governo, tendo ou não tendo dinheiro, ficar endividado a ver a sua criança padecer como está padecendo. Isso, sim, é que é grave para a população do Distrito Federal. Uma criança com 8 anos desmair e o governador ainda responsabilizar os pais? Quiçá os pais tivessem emprego, quiçá tivessem dois ou três filhos... Foi extremamente inapropriado ele, na condição de governador, dizer uma coisa dessas. Isso é uma agressão, como muito bem disse a própria imprensa, à família e à educação do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, concordo plenamente com V. Exa., mas eu gostaria, além de fazer essa discussão que é para resolver um problema atual, fazer uma discussão para resolver um problema estrutural, porque, quando se fez o planejamento, quando se fez a licitação para construir os prédios, poderiam, no mesmo momento, construir as escolas e os centros de saúde, porque essa criança não precisaria sair lá do Paranoá Parque e ir até o Cruzeiro. Concordo plenamente. Se o Estado não planejou, precisa preparar a escola que vai receber a alimentação saudável e, no mínimo, dar as condições necessárias para receber essa criança.

Agora, como disse o Deputado Wasny de Roure, isso não acontece, Deputado Joe Valle, somente lá no Paranoá, isso acontece no Riacho Fundo e no Riacho Fundo II. E, na minha visão, o que acontece é que, infelizmente, nesses programas habitacionais – que são programas necessários, mais uma vez, não estou falando de governo a, b, ou c – no caso, por exemplo, do Riacho Fundo II e do Paranoá Parque, não se dotam esses locais de infraestrutura necessária. O que vemos é que, infelizmente, esses programas tornam-se eleitoreiros, porque a casa é dada, mas não se dá infraestrutura necessária para que aquele cidadão tenha escola e saúde próximas da sua casa.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, sobre os programas habitacionais, eu estou com um projeto na Comissão de Assuntos Fundiários para construir uma escola a cada mil apartamentos. A cada mil unidades construídas, tem que entrar uma escola, sim, para a população.

Falando sobre alimentação, o Deputado Wasny de Roure e V.Exa. estavam falando, lá no Areal também houve um caso semelhante a esse que não foi divulgado. Aquela região é abrangida por Águas Claras, mas tem muitas famílias carentes, gente que não tem o que comer em casa, é a realidade. Então, vou falar isso quando eu estiver com o Governador, vou falar para ele, sim: tem que fazer uma lei para poder botar arroz, feijão, ovo, carne para as crianças. O almoço mesmo, dentro das escolas, para as crianças almoçarem para poder ir para casa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

São crianças que precisam do período integral, porque não está havendo isso aí. Estou falando isso, gente, por conta principalmente ali daquela região do Areal. Quando as crianças saem da escola, os pais estão trabalhando, não têm onde ficar, e ficam à mercê da bandidagem. Quem é que vai educar essas crianças? Os bandidos vão educar as crianças lá! Por quê? Porque não têm o que comer, ficam na rua mesmo. Estou cansada de ir lá. A gente tem um grupo que vai para poder trabalhar. Quando chega e vai falar com o secretário de educação... Estou falando isso e sou Base do Governo, mas, quando se trata de educação e de criança, a coisa muda de figura. Então, quando chegamos lá, vemos que é uma situação caótica.

Então, acho que temos que juntar os Parlamentares todos desta Casa. Isso é uma questão também social, é uma questão de humanidade, temos que nos juntar, esquecer base, oposição, e ver o que podemos fazer, todo mundo, a sociedade em geral, para ajudar. Porque, se vocês virem a situação: as crianças na rua porque os pais estão trabalhando – não podem deixar, têm que botar comida dentro de casa –, e não há um período integral. Então, deveria ser obrigação e dever do Estado ter período integral nas escolas do País todo para as crianças ficarem dentro das escolas e não na rua sendo educadas pelos marginais.

Essa é a minha opinião, Deputado. Muito obrigada.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputada Telma Rufino.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, se V.Exa. me permite, só para fazermos uma retrospectiva. Em 2015, nós visitamos, naquela ocasião, logo no primeiro ano de mandato, 120 escolas. Produzimos um relatório com os principais problemas de infraestrutura, com foto, com tudo, divulgamos para a imprensa, foi amplamente divulgado, entreguei na mão do Governador e do secretário de educação. Um dos problemas era a falta de escola no Paranoá Parque, no Riacho Fundo e lá em Santa Maria, fruto do que já foi dito aqui: que se constrói a casa, mas não vem acompanhada dos equipamentos de consumo coletivo, ou seja, falta planejamento ou falta vergonha, mas o problema está consolidado.

No mesmo ano, eu e o Deputado Wasny de Roure fizemos uma audiência pública, lotando o auditório desta Casa, falando da necessidade de construir escolas no Paranoá Parque. E abordamos que o custo que o governo paga para transportar os estudantes a outras localidades supera o custo de construção de uma escola, ou o custo de aluguel, ou seja, é uma logística burra! É uma logística burra, essa é que é a verdade!

Semana passada, terça-feira mais precisamente, ocupando esse espaço que V.Exa. ocupa no momento, eu disse que, se o Governo do Distrito Federal não tomar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

algumas atitudes relacionadas à infraestrutura de algumas escolas, iria acontecer uma tragédia. Podem caçar nas notas taquigráficas, eu falei terça-feira aqui. A tragédia foi parcial, mas é tragédia. E eu ainda citei, Deputado Delmasso, a Escola Classe 425 de Samambaia e disse que, a qualquer momento, aquela escola iria cair na cabeça dos meninos. Sabe o que aconteceu no dia seguinte? Com uma pequena chuva em Samambaia, o telhado da escola caiu. Graças a Deus, não na cabeça dos estudantes, mas isso poderia ter ocorrido. Na Escola nº 415, de Samambaia, uma cachoeira se forma dentro da sala de aula, vinda pela rede elétrica, toda vez que chove. Isso consta do nosso relatório. No ano passado, eu e o então presidente do Tribunal de Contas fomos a essa escola e mostramos esse problema e, assim como na 425, na 415 do Paranoá, nada foi feito – o que me assusta.

A população tem de entender, porque, às vezes, ela espera muito de um Deputado, que a nossa função é fiscalizar, é levar às autoridades competentes aquilo que é a demanda, e isso a gente vem fazendo com muita intensidade. Nós não temos poder de polícia; senão, nós já teríamos prendido alguns secretários e outras autoridades. A gente leva a demanda, pressiona, cobra, aciona.

Por fim, Deputado, dessa tribuna aí, eu disse: "Se ocorrer uma tragédia em alguma escola do Distrito Federal, a culpa é do governo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, da PROEDUC – Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, que nunca aparece, só aparece é para ferrar professor que está exercendo o seu trabalho.

A estrutura republicana do Distrito Federal e do Brasil está falida. Como disse o povo aí: "Vamos fechar este País e entregar para os índios". Esta que é a verdade: as autoridades não estão atuando. Nós ficamos com a sensação de impotência, porque verificamos o problema, acionamos os órgãos competentes, mas não acontece absolutamente nada. Há horas em que dá vontade de desistir, Deputado, juro a V.Exa. Há horas em que nos questionamos que diabos nós estamos fazendo aqui. Perdoe-me, é até um desabafo, mas a gente não vê a coisa funcionar.

Parabéns a V.Exa. por ter abordado essa questão.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Eu queria deixar que, muitas vezes, V.Exa. falou a verdade, a gente pensa em desistir, mas eu quero reanimá-lo dizendo que pessoas de bem não podem desistir; senão, esse espaço será ocupado por pessoas ruins, e essa população quer que esse espaço seja ocupado de forma repleta por pessoas que pensem diretamente na sociedade, como V.Exa. e todos os Deputados que estão aqui. Nós iremos trabalhar, todos os dias, eu sou testemunha do trabalho de V.Exa., do trabalho do nosso Presidente e de todos os Deputados que estão aqui, porque trabalhamos em prol da sociedade. Um exemplo está aqui, e eu quero citá-lo: o Deputado Chico Vigilante, porque ele conseguiu mobilizar os vigilantes. Estão aqui os empresários do Pró-DF que querem aprovar o projeto deles. A mudança começa a partir daquilo que nós podemos fazer.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Eu venho à tribuna falar desse assunto, mas eu não quero aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, falar mal de a, b ou c, sabe por quê? Porque a sociedade não quer saber quem é o culpado, a sociedade aí fora quer uma solução que deve nascer de forma estrutural. Digo que, infelizmente, programas importantíssimos, como são os habitacionais, acabam sendo mal utilizados – e não estou citando governo a, b ou c. Muitas vezes, pelo afã de entregar uma casa, se esquecem, na minha visão, da coisa mais importante, que é deixar na porta desta casa uma escola e um centro de saúde.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Deputado, serei bastante rápida e agradeço a V.Exa.

Saúdo a galeria, a classe trabalhadora que está na sua luta e também os empresários que vêm lutar pelo Pró-DF.

Deputado Delmasso, como é bom nós estarmos aqui ainda com essa esperança, mas falando de um assunto em que o Estado vem numa incompetência muito grande. Nós tínhamos uma luta – eu me lembro muito bem dela, assim como o Deputado Chico Vigilante –, a do Betinho, que era uma luta contra a fome, contra a miséria. Naquele momento, este País evoluiu com relação às suas crianças. De repente, outros interesses vão surgindo, e parece que a criança é um zumbi, não se preocupam com a sua escola não se preocupam com o fato de que essa criança amanhã terá de ocupar os nossos espaços. Temos até crianças desmaiando dentro de escolas por falta de um compromisso maior do Estado. Nós temos uma premissa muito linda: dê a vara para ir pescar. Mas ninguém pesca de barriga vazia. A prova está aqui. É a luta da classe trabalhadora para manter de pé a condição de levar a seus filhos algo que não os deixe sair de casa sem alimento. Nós estamos vivendo um momento de reflexão. V.Exa. traz a esta Casa essa amostra de que é preciso reinventar as coisas para que nós não tenhamos famílias que ainda tenham que deixar seus filhos saírem de casa sem ter o que comer.

Então, eu quero parabenizar todos e me somar a todos que me antecederam. Há algum tempo eu recebi uma casa na época da ditadura militar. Naquela época, o Deputado Chico Vigilante também recebeu a dele. Juntamente com as nossas moradias, as escolas estavam ali implantadas. Há uma construção deste País de cabeça para baixo. Há um retrocesso. Dói profundamente que nós tenhamos, neste momento, de fazer ainda este debate. Nós teríamos que estar já bem mais evoluídos. Ainda bem que há guerreiras e guerreiros que se preocupam com essa situação. Eu me lembro, Deputado Joe Valle, V.Exa. também – não vou falar de tempo –, que nós já discutimos muito a forma simples de se alimentar a baixo custo; de se comer bem dentro das escolas. Isso sempre pareceu um monstro. Nós sabemos que criança pobre não é interesse para ninguém. E a prova nós temos e estamos vivendo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

Nós enquanto legisladores temos que abrir nossos olhos para fazer uma fiscalização não só com a nossa razão, mas também com a nossa alma. Quantas histórias ruins nós temos visto estampadas pela imprensa nos últimos tempos. Eu digo que é o melhor tempo, porque antes ficava tudo debaixo do tapete. Pelo menos agora, toda a sociedade tem a oportunidade de ver a realidade em que este País vive e vem vivendo de algum tempo para cá.

Obrigada por me dar esta oportunidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, eu quero parabenizar pela abordagem que V.Exa. está fazendo neste ponto. Daqui a pouco vou falar sobre os vigilantes e do Pró-DF.

Deputado Delmasso, essa questão da escola do Paranoá e da criança que desmaiou de fome no Cruzeiro é a gota de água que fez transbordar um problema que eu denunciei o ano inteiro. Faz quinze dias que desta tribuna eu denunciei – e não foi tomada providência nenhuma, Deputado Joe Valle – que, no Centro Educacional nº 20 da Ceilândia, as crianças estavam há um mês inteiro comendo um bicho chamado filé de mapará. Um mês todinho comendo filé de mapará! Todo dia de manhã e de tarde, pois é escola integral. No filé de mapará, 20% é gordura. Tem um cheiro que nem um vira-lata que eu tinha lá em casa dava conta de comer aquele peixe. É ruim demais! Imaginem comer o filé de mapará o mês inteiro.

Mas eu tenho ido a outras escolas, Deputado Delmasso, onde estão servindo carne enlatada, feijão enlatado e outros bichos enlatados. E sabem por que isso acontece? Porque não cumprem a lei. A lei é clara: 30% da merenda escolar tem que ser adquirida da agricultura familiar, e a agricultura familiar é para vender mandioca, macaxeira, batata, quiabo, frango – tudo. E não fazem, Deputado. É isso.

Também há um outro problema que vai causar algumas tragédias por aí. Há escola que está tomada por traficantes. Eu sei de uma escola na Ceilândia cujo diretor está tendo que negociar com os traficantes para poder haver aula. A que ponto chegamos!

Há escola que tem duas funcionárias readaptadas para fazer a limpeza de um complexo com mil alunos. Há escola que tem duas merendeiras terceirizadas que vão se escambichar de trabalhar: duas para fazer merenda para 1.500 crianças. Há escolas que contrataram um vigilante terceirizado para cuidar de um lugar enorme quando poderia haver dois ou três. Tudo isso fazem dizendo que é para economizar. Sabe do que eu chamo isso, Deputado Delmasso? Retirar palito em festa em que é servido caviar. Tira-se o palito, e o caviar, que é o caro, continua sendo servido.

Infelizmente, Deputado Delmasso, quem estuda em escola pública no Brasil, é pobre, é filho de pobre. Sabe o que está faltando aqui no Distrito Federal e em outros

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

cantos, Deputado Joe Valle? Fazer o que fizeram as mães de uma cidade chamada São Cristóvão, em Sergipe. Eu vi isso num documentário do SBT, domingo, no programa do Roberto Cabrini.

As mães, em função da merenda que era mais ou menos isso que é servido em Brasília, derrubaram a prefeita. Elas tomaram conta da cidade e só pararam com as manifestações quando a prefeita renunciou e disseram ao Vice que, se ele não cumprisse a lei e continuasse dando biscoito, Sucrilhos e aquele leite em pó, elas derrubariam quem assumiu também. Portanto, falta o povo tomar consciência de que ele paga imposto, de que ele tem direito e, por isso, tem que ser respeitado.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Para concluir, mais dois minutos. Diante de tanta adversidade, isso me fez, Deputado Joe Valle, fazer uma reflexão, porque eu tenho uma filha que tem oito anos de idade. Ela, a Manuela, é especial e estuda numa escola pública de um centro de ensino especial no Guarã.

Tudo isso me fez fazer uma reflexão, porque nós vivemos na Capital da República, nós vivemos na unidade da Federação que tem o maior orçamento *per capita* do País em termos de transferências da União, contando o fundo constitucional, e nós tivemos uma situação dessas, uma situação que, nos piores rincões no País, não acontece.

Contudo, a reflexão que eu fiz não foi de desânimo. No início, a gente desanima. No início, Deputada Luzia de Paula, a gente olha para a situação e desanima, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas, no fundo da minha alma, nasceu uma paráfrase daquilo que Martin Luther King disse num discurso que todos conhecem: eu tenho um sonho.

Eu digo: eu tenho um sonho, que nós vamos viver numa cidade que vai ser referência para a nação. Eu tenho um sonho, que nós vamos viver numa cidade em que a escola pública será a melhor do País, em que a educação e que a saúde serão as melhores do País, em que o transporte será o melhor do País. Eu tenho um sonho, que nós vamos viver numa cidade cuja desigualdade social não vai existir. Essa é a Brasília com que a minha geração sonha e que vai começar a construir. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Nós temos uma comissão em andamento. Eu vou fazer a suspensão da sessão por dez minutos para que eles façam a votação que falta e retomo a sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h49min, a sessão é reaberta às 15h53min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão. Eu gostaria de chamar os Deputados novamente. Encerrada a votação na Comissão de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Não havendo mais Líderes presentes, declaro encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria chamar a atenção dos Deputados que estão aqui a um assunto da mais alta gravidade que está acontecendo na Capital da República. O Governo do Distrito Federal não faz absolutamente nada para livrar trabalhadores que estão vivendo, Deputado Joe Valle, o maior sofrimento da vida deles. Eu pergunto aos senhores Deputados que estão aqui: eu, ou qualquer um dos senhores e das senhoras que estão aqui, suportaria ficar 36 dias em um posto de serviço, trabalhando de graça para garantir o emprego, sabendo que existe uma lei, sabendo que existe uma convenção coletiva de trabalho, que tem um edital de licitação que foi baseado nessa lei, e ninguém cumpre nada?

Nós tivemos uma reunião no dia 18, fruto de um esforço da Mesa Diretora desta Casa, encabeçado por V.Exa., Deputado Joe Valle, uma reunião com o Governador Rodrigo Rollemberg. Uma reunião que não foi boa, porque teve gente que foi lá para tumultuar, enquanto V.Exa. e o Deputado Wellington Luiz foram em nome da Mesa resolver.

Nós tiramos um entendimento. Nós assumimos um compromisso de encaminhar para o Governo do Distrito Federal a relação nominal de todos os vigilantes que estão sendo prejudicados, Deputado Joe Valle e Deputado Wellington Luiz – Presidente e Vice –, e entregamos ontem.

Deputado Joe Valle, eu vou passar agora para as suas mãos a visita que foi feita posto por posto desses homens e dessas mulheres que estão aqui, e o extrato, o resultado é: a Ipanema tem que passar para a Brasília Segurança contratar 120 vigilantes; a Ipanema tem que passar para a empresa Visan 89 vigilantes; a Ipanema tem que passar para a Val contratar 13 vigilantes; e a Ipanema tem que contratar, advindo do contrato da Confederal que era Hospital de Planaltina, Hospital de Sobradinho e outros, 213 vigilantes; a Brasília tem que passar para a Ipanema contratar 40 vigilantes. O total, Deputado Joe Valle, é de 475 vigilantes.

Portanto, Deputado Cláudio Abrantes – V.Exa. que está nos ajudando aqui –, nós temos uma outra luta contra a Multserv e a Brasfort, e já estamos fazendo o levantamento completo dos nomes, porque foram as primeiras que não cumpriram a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

lei. Portanto, Deputado Joe Valle, a única coisa que nós queremos é o cumprimento da lei.

(Manifestação da Galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – E digo para V.Exa., Deputado Joe Valle: esses homens e essas mulheres não sairão dos postos enquanto não resolverem o problema deles, porque esses homens e essas mulheres, se saírem dos postos, nunca mais arrumam serviço.

Deputado Joe Valle, aqueles vigilantes que estão ali de branco são da MultServ. Eles acreditaram numa mentira: que a Multserv iria remanejá-los e eles não seriam demitidos. Estão demitidos e sem emprego. Estão demitidos! A única coisa que nós queremos é que o governo, Deputado Joe Valle, cumpra a palavra dele. Foi anunciado pela secretária de planejamento e publicado pelo *Correio Braziliense* que essa licitação não traria demissão para os trabalhadores, e trouxe. Estão demitidos, estão sem emprego.

Portanto, faço um pedido a V.Exa. Todos os esforços já foram feitos, Deputado Joe Valle. V.Exa. está tratando de Poder para Poder, o Poder Legislativo está tratando com o Poder Executivo. Eu peço o apoio desta Casa, e se esse Poder Executivo não cumprir a parte dele, nós não devemos votar absolutamente nada do Poder Executivo enquanto não for resolvido o problema dos trabalhadores. Portanto, é esse o compromisso que nós queremos desta Casa, porque aqui, Deputado Joe Valle, está o último caminho, a última esperança que restou a esses trabalhadores.

Repito, para concluir: são 36 dias, na Capital da República. Deputado Rafael Prudente, no tempo em que o pai de V.Exa. era presidente do sindicato – falem o que quiserem sobre Leonardo Prudente –, mas quando ele era presidente do sindicato não acontecia essa patifaria, porque havia diálogo.

Deputado Rafael Prudente, V.Exa. representa o setor empresarial, eu represento os trabalhadores, estamos juntos nessa luta em defesa dos trabalhadores.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Existe o entendimento, o governo está trabalhando e nós estamos aguardando. Temos dado todo o apoio à classe trabalhadora, como V.Exa. mesmo disse. A Câmara tem tido essa postura e tem feito essa gestão.

Nós temos aqui muitos projetos do governo, e efetivamente não serão votados enquanto não houver solução para esse processo. Mas temos um projeto ligado aos microempresários que é muito importante e há acordo. Esse sim será votado.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar todos na galeria e fazer exatamente esse comunicado que V.Exa. fez. Estão aqui presentes vários representantes do setor produtivo, inclusive a Dra. Glenda e o Dr. Leonardo, que trabalharam muito nesse processo do Pró-DF. Sr. Presidente, esse processo não é do governo, não é do Governador. Há mais de um ano estamos batalhando por isso.

Eu participei, em outubro do ano passado, de uma reunião do Governador com a Fibra – Federação das Indústrias do Distrito Federal; com a Fecomércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal; com o Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, e com várias entidades de classe, que pediram ao Governador sensibilidade na construção desse projeto. Esse projeto passou mais de um ano sendo construído, e está tramitando na Casa há um bom tempo.

Então, em respeito aos empresários e ao setor produtivo, peço isso a V.Exa. Sei que é um projeto do governo, mas na verdade não é do governo, é do empresariado que paga imposto aqui na nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Rafael Prudente, temos acordo no Colégio de Líderes, a exceção é ao projeto do Pró-DF.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que consulte os Líderes, porque hoje foi aprovado um projeto de decreto legislativo que prorroga a isenção do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, para compra de carros de pessoas com deficiência e para os taxistas. Esse trabalho foi feito pelo sindicato dos taxistas e também pela associação das pessoas com deficiência, inclusive sensibilizando o CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, que teve uma reunião em setembro, em Brasília.

Hoje, só para V.Exa. ter uma ideia, Deputado Joe Valle, em torno de 120 pessoas com deficiência estão com os carros nos pátios. Elas ainda não os receberam, tendo em vista que esse convênio aprovado pelo Confaz – ele está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas todo ano nós precisamos renová-lo – ainda não foi homologado. A responsabilidade não é desta Casa, mas queria pedir a V.Exa., em nome das pessoas com deficiência e dos taxistas, que pudessemos votar esse projeto de decreto legislativo também.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Farei a consulta aos Líderes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero concordar com o Deputado Chico Vigilante, ressaltando esse entendimento que havia no Colégio de Líderes. Eu quero dizer a V.Exa. que ontem passei quase o dia todo na região de Santa Maria, do Gama, onde, por um acaso, houve várias manifestações de necessidade pela demora, porque esse projeto está na Casa e ainda não foi apreciado.

Nós tivemos um debate bastante aprofundado da matéria com o secretário e as lideranças das entidades do setor produtivo. Temos o entendimento de que, ressalvadas as muitas outras matérias, os trabalhadores tivessem a compreensão de que nós vamos liberar esse projeto. Que cerrássemos fileira com essa pauta de não votar matérias do Poder Executivo, sem antes termos uma definição clara do real aproveitamento dos trabalhadores, de que não virá um engodo. Não podemos permitir que acordos firmados na mesa não tenham respaldo na hora do desdobramento. Por isso os trabalhadores têm o nosso apoio, isso é prioridade. Precisamos ter definição sobre essa matéria que está recorrente aqui há várias semanas.

Como o Deputado Rafael Prudente disse, essa matéria foi formulada pelo poder de mobilização do setor produtivo, e o governo é contra esse projeto. Eu não consigo entender esse governo. Vários representantes do próprio governo manifestaram-se contra esse projeto, no entanto ele resolve o problema. Então, não podemos desconhecer as responsabilidades que cabem à Câmara neste momento, a despeito de toda a solidariedade que temos pela classe trabalhadora dos vigilantes, pelo papel que eles representam.

O governo tem que ser forçado a entender que a negociação pertinente à continuidade e à renovação dos contratos dos trabalhadores tem que ser respeitada. Isso é uma conquista, já está em lei, não podemos abrir mão disso, senão esta Casa vai ficar desmoralizada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nessa linha de raciocínio posta aqui no plenário por diversos Parlamentares, naturalmente nós entendemos a força e o poder de mobilização do setor produtivo ressaltados pelo Deputado Wasny de Roure. O projeto é uma construção do setor que emprega no Distrito Federal, que gera emprego e gera renda. A via de entrada do governo nesta Câmara, como sendo do Poder Executivo, é um ato formal. Então, é importante que a Mesa e os Líderes deixem isso claro para os trabalhadores que estão ocupando a galeria.

O meu posicionamento permanece o mesmo, de obstrução, de não votar nada do governo até que a gente tenha uma definição. Inclusive, Deputado Joe Valle, à

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

medida que se vai aprofundando nesse tema – essa tem sido uma luta constante do Deputado Chico Vigilante, que tem muito mais experiência –, a gente vê os terríveis equívocos dessa licitação.

Por exemplo, na reunião que nós tivemos com o Governador, falou-se muito da questão da saúde. Eu confesso que eu entrei nesse debate, primeiramente, por respeito à classe trabalhadora dos vigilantes, mas também por uma situação que acontece na minha região de Sobradinho e Planaltina, dos hospitais que estão desguarnecidos. Então, essa foi a porta de entrada. Mas, quando se começa a aprofundar, vê-se que, do lote 1 ao 7, que são da Seplag, há um horror de pessoas demitidas, fora do seu trabalho.

Então, o que está sendo discutido, o discurso, muitas vezes, Deputado Chico Vigilante, está fora da realidade. Porque eu ouvi – perdoem-se se eu estiver enganado –, na reunião, o representante da Secretaria de Planejamento dizer que, do lote 1 ao 7, estava tudo *ok*! E não está.

Eu quero aqui ratificar, corroborar o meu posicionamento de obstrução. Entendo o setor produtivo. Acho que é interessante construir com os trabalhadores que seja excetuada a questão do Pró-DF, mas obviamente numa composição. Quero aqui dizer que, enquanto o governo não mandar uma resposta, não atender e não avançar nas negociações, esta Câmara tem de dar uma resposta e tem de ficar do lado de quem trabalha, que são os trabalhadores da vigilância do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Pessoal, eu preciso que vocês prestem bastante atenção ao que vou falar, porque a pressão já surtiu efeito.

Acabei de falar com o Deputado Joe Valle, que é o Presidente da Câmara Legislativa, e nós estamos acertando o seguinte: nós encaminhamos um documento ontem com o nome dos vigilantes demitidos. Estamos fazendo um levantamento na Seplag agora. O Deputado Joe Valle acaba de marcar uma reunião para amanhã, às 17h, com o Governador. Eu faço uma sugestão a V.Exa., Deputado Joe Valle: que vão a esta reunião o sindicato, conforme já está acertado, V.Exa., o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Agaciel Maia, que é o Líder do governo. Eu não quero ir. Eu já conversei com o Deputado Cláudio Abrantes. Por que nós não vamos? Porque nós estamos limitando quem vai, para não haver tumulto lá. Nós estamos dizendo que vão o Deputado mandatado por nós, Deputado Wellington Luiz, o Deputado Joe Valle, Presidente da Câmara Legislativa, e Deputado Agaciel Maia, Líder do governo. Eu não vou, e o Deputado Cláudio Abrantes também não vai, para não abrímos espaço para alguém ir até lá para tumultuar, como tumultuaram a outra.

Portanto, é esta a sugestão que eu faço, Deputado Joe Valle.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – *Ok*, Deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não vou tomar muito tempo. Abro mão dos Comunicados de Parlamentares.

Primeiro, quero saudar todos os vigilantes que aqui se encontram e os nossos companheiros do setor produtivo também, extremamente importantes. Quero deixar bem clara, novamente, a minha posição. Eu acho que só quem não pode pagar essa conta são os trabalhadores, os vigilantes, porque eles são as verdadeiras vítimas de tudo que está acontecendo. Então, eles é que não podem ser vitimados por tudo que aconteceu.

Quero deixar bem claro, Sr. Presidente, que esta Câmara Legislativa tem tomado medidas objetivas e com a ajuda de vários parlamentares. O Deputado Chico Vigilante, inclusive, encabeça esse processo.

Deputado, as ações que precisam ser feitas são estas, inclusive marcando reuniões, seja com os empresários, seja com o Governador, para encontrarmos soluções de fato, para que esses trabalhadores e trabalhadoras não sejam prejudicados, para que não tenham prejuízos em seus salários além do que já tiveram. Por isso, nós tivemos a preocupação de marcar essas reuniões para amanhã, para que encontremos uma solução. Temos que dar um prazo para isso, porque eles não podem ficar esperando *ad eternum*. Isso tem que ter um limite.

Agora podem ter certeza absoluta: esta semana, eles terão uma resposta, porque, se não, esta Câmara tomará as providências que serão necessárias. Vocês podem ter certeza de que amanhã nós sairemos com uma solução.

Parabéns, Sr. Presidente, pelo encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – *Ok*, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Primeiro, boa tarde a todos. Cumprimento os vigilantes que estão aqui e parabenizo-os pela luta. Cumprimento os demais Deputados e o pessoal do setor produtivo, que também estamos acompanhando e trabalhando. Vamos ver se a gente encerra essa novela hoje, se Deus quiser, porque já faz um bom tempo e o pessoal está sofrendo aí.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. tem me procurado, e nós já conversamos. Eu venho do setor produtivo. Desde que eu tinha os meus 12 anos de idade que eu sei e acompanho a luta de vocês, acompanhando, na época, meu pai na empresa;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

depois nós tivemos a sucessão por mim e pelo meu irmão. E, desde que acompanho, eu nunca vi uma confusão tão grande.

É natural entrar empresa e sair empresa. Entra empresa de novo, sai empresa, e os vigilantes permanecem. Eu não sei qual é a dificuldade, Deputado Chico Vigilante, de se ter uma relação com os vigilantes. Uma empresa entra, outra assume, e está tudo certo. Não precisa dessa confusão.

Então, vocês contem conosco, contem com o nosso empenho para garantir o que é primordial. Nós vamos entrar em outras confusões, mas o que é primordial é o emprego de vocês, que estão desempregados nos postos de serviços. Está certo?

Sr. Presidente, há outro assunto sobre o qual os Deputados já falaram, já tocaram, que é sobre a alimentação nas escolas e sobre a falta de escolas em algumas regiões administrativas do Distrito Federal, fazendo com que o governo gaste muitos recursos com transporte público, causando o que aconteceu com uma criança que mora no Paranoá.

Sr. Presidente, eu apresentei, no ano de 2016, o Projeto de Lei nº 909, que proíbe a entrega de novos programas habitacionais dentro do DF sem que haja a colocação de equipamentos públicos, como escolas. Nós estamos falando aqui do básico, estamos falando aqui do mínimo, Deputado Wasny de Roure. Criam cidades com 20, 30, 40, 50 mil pessoas e não colocam uma escola, não colocam uma parada de ônibus, não colocam um posto de saúde, não colocam nada. Simplesmente colocam as pessoas na fogueira sem nenhum tipo de equipamento público para dar suporte para elas.

Então, faço um apelo para que não incorramos em novos programas habitacionais, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para que possamos apreciar esse projeto em plenário o quanto antes, se Deus quiser, ainda este ano, para que o governo corrija essas falhas.

Quero dizer também que eu já tinha feito diversos requerimentos por denúncias, como o Requerimento nº 3.093, solicitando informação a respeito da merenda escolar de alguns alunos, de algumas escolas.

Hoje, Deputado Wasny de Roure, nós tivemos uma grande vitória na comissão de orçamento: o remanejamento, no meu parecer parcial, de recursos que estavam a mais para o transporte público, para o seu custeio, colocando-os, dentre outras atividades, Deputado Joe Valle, para a construção de uma escola no Jardins Mangueiral, para a construção de uma escola no Paranoá Parque e para a construção de uma escola no parque do Riacho Fundo II. Eu creio que, se conseguirmos apreciar e votar o parecer, se conseguirmos apreciar esse relatório da forma como está, Deputado Wasny de Roure, viramos este ano com recursos de sobra para a construção de todas essas escolas onde há falhas, como aconteceu com essa criança de 8 anos, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Então, faço um apelo aqui. Eu, a Deputada Celina Leão e o Deputado Julio Cesar fizemos uma audiência pública em que firmamos o compromisso de garantir os recursos para a escola do Paranoá Parque, por exemplo. Dói no nosso coração vermos uma entrevista do Secretário de Educação falando que não tem recursos e que possivelmente nós vamos ver uma escola sendo construída no Paranoá Parque, em dois anos. Não tem a menor condição, o menor cabimento. Nós fizemos há mais de seis meses e nesse tempo eles conseguem colocar de pé um projeto pelo menos.

Então, faço um apelo ao Líder do governo, Deputado Agaciel Maia, para que tenha uma conversa junto à Secretaria de Educação e o secretário faça o projeto.

Gente, escola é escola em qualquer lugar! Não precisa fazer projeto. O projeto é o mesmo, Deputado Wasny de Roure. Então, é só replicar para outras regiões, ver de quanto é o recurso, e eu tenho certeza de que todos os Deputados daqui serão sensíveis para colocar recurso para a Secretaria de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deixo um abraço a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar nossos vigilantes que estão aqui, prestigiando este plenário nesta tarde. Sejam muito bem-vindos! Cumprimento também o pessoal do Pró-DF, que está aqui também. Peço, Sr. Presidente, que, assim que encerrarmos os comunicados, seja colocado em votação o projeto do Pró-DF.

Quero trazer algumas informações que são importantes. Primeiro, essa questão de os vigilantes perderem a oportunidade de trabalhar. A gente sabe que existe uma lei que pode mudar os contratantes, mas os servidores precisam continuar trabalhando. Nós não estamos aqui, falando de algo que não existe. E, aí, aproveito a oportunidade, enquanto vocês estão aqui, mobilizados, para pedir ao Estado algo que é também legítimo, como o emprego de vocês: temos 95 merendeiras que estão como vocês. Foram dispensadas. A empresa trocou as merendeiras.

Sr. Presidente, tenho uma preocupação muito grande com essa troca na véspera de campanha, porque é como se trocassem as pessoas que estão trabalhando para fazer campanha eleitoral, e isso é algo que a gente precisa repudiar.

É muito complicado a pessoa ter emprego de vigilante e chegar para a gente, muitas vezes, na rua... Eu acho muito grave os pais e mães de família que já têm uma experiência no serviço público, como é o caso dessas merendeiras e de vocês, que já estão trabalhando, seja na área de educação, seja na área de saúde, serem trocados, porque o Estado vai gastar para treinar novamente outros servidores. Nós sabemos que há uma lei que realmente garante os postos de serviço de vocês.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Então, eu quero me colocar lado a lado com os trabalhadores que estão aqui, nesta tarde. Peço a intervenção do Presidente da Câmara Legislativa nesse sentido. Podem contar conosco para ajudá-los nesse pedido! Peço também que vocês não esqueçam das nossas merendeiras. São mulheres que precisam também do apoio de vocês.

Sr. Presidente, acho que os nossos Deputados são muito educados na hora de falar sobre as maldades que esse governador tem feito no Distrito Federal. Saiu na mídia nacional que uma criança foi para a escola e desmaiou de fome. Uma cidade que tem 36 bilhões de reais deixar uma criança desmaiar de fome é um absurdo. Mas o absurdo pior, pessoal, não é esse. O absurdo maior é esse governador ter a cara de pau de ir ao *DFTV* falar que aquilo é um caso isolado. Isolado onde? Ele não anda? Ele não sabe? Eu visito as escolas, a gente conversa com as diretoras. Muitas crianças já chegam às nossas escolas públicas com fome e dependem da merenda para comer. Essa merenda de bolacha e Ki-Suco tem que ser abolida da nossa merenda escolar, Sr. Presidente. E aí o Governador diz que aquela criança era um caso isolado, que ela estava tendo uma assistência do Estado. Que assistência é essa que deixa a criança desmaiar? Ele tinha que assumir que algo grave existe e que vai fazer alguma coisa.

Nós, imediatamente, Sr. Presidente, propusemos que esta Casa aprove um projeto de lei que garanta às crianças que moram no local e têm um grande deslocamento... Essas crianças saem lá do Paranoá Parque, como muito bem disse o Deputado Rafael Prudente, às 11 horas da manhã e chegam ao Cruzeiro às 13 horas. Vocês já imaginaram o rendimento dessas crianças, que já chegam cansadas e com fome? O que custa ao Estado fornecer uma alimentação a essas crianças? Nós estamos falando aqui de crianças que se deslocam, não estamos falando de toda a comunidade escolar. O certo, o ideal seria que essas crianças estudassem perto de casa. Mas, como bem disse o Deputado Rafael Prudente, no caso do Paranoá Parque, a escola custava cinco milhões. Eu coloquei um milhão, o Deputado Rafael Prudente colocou mais um, todos nós nos dispusemos, cinco ou seis Deputados, a colocar um milhão, mas descobrimos que sequer havia projeto!

Como é que se cria uma cidade com trinta mil pessoas e não se pensa nos equipamentos públicos, não se pensa na escola? Ou seja, é para criar bicho? É um pombal? É para botar bicho, não para botar gente, Sr. Presidente? O que aconteceu no Paranoá é mais grave ainda, porque proibiram os moradores do Paranoá Parque de se consultarem no posto de saúde de lá! Se eles moram no Paranoá e não podem se consultar no posto de saúde de lá, vão se consultar onde?

Então, acho que esta Casa tem que se colocar de pé para defender, Presidente, quem não tem defesa. As pessoas hoje não querem nem saber quem está neste Parlamento, mas querem o hospital funcionando, o transporte público funcionando, querem que o filho tenha direito a uma alimentação e a uma educação adequadas. Acho que é isso que temos de cobrar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

E, aí, faço um pedido muito especial ao Deputado Agaciel Maia, que é o nosso Líder do Governo e vai votar o Orçamento. Eu trouxe alguns dados aqui que são importantes. O Governo Federal, Deputado Joe Valle, repassou ao GDF 39 milhões de reais para a merenda escolar. O repasse do próprio GDF foi de oito milhões de reais. Ou seja, é praticamente o Governo Federal que está pagando a merenda. Existe uma resolução que fala que o Governo Federal entra com 50% do recurso e o Governo local entra com mais 50% do recurso. Há um déficit de quase quarenta milhões de reais na merenda escolar que deveria ser pago pelo Poder Executivo, para melhorar a qualidade. Então, dinheiro, tem; lei, tem, e acho que esta Casa tem que cobrar também nesse sentido. Queria deixar essa reflexão aqui, para que V.Exa. encaminhe um documento nesse sentido.

Para complementar, eu queria falar aqui sobre o nosso Pró-DF. Eu fui a Relatora na CCJ, nós conseguimos acatar as emendas dos colegas e hoje o Pró-DF não vai atender quinze, vinte empresários, mas todos os empresários que realmente precisam desse programa. (Palmas.) Conseguimos votar, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto que vai flexibilizar um pouco, para que todos... E, aí, Presidente, deixando uma reflexão também – isto foi falado na CCJ –, no momento da discussão desse projeto, eu quero falar sobre uma emenda específica que está sendo muito debatida, feita pelo Deputado Lira. É uma emenda importante, e queremos discutir isso no plenário.

O Governador teve a cara de pau de ir a um evento ontem falar que a Oposição não iria votar esse projeto. Ora, se não fôssemos nós – isto foi de noite – para levar todos os secretários ontem ao Colégio de Líderes e ao restante dos Deputados, para convencer – isso aqui é um colegiado; aqui ninguém vota nada sozinho –, para trazer a questão ao plenário hoje, isso não estaria acontecendo.

Então, quero desmentir essa falácia do Governador, porque votamos aqui o que é bom para a cidade. O que está faltando é ele mandar coisa boa a esta Casa, para votarmos o que é bom para a cidade e cumprir a lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputada Celina Leão. Se o Governador falou isso, é impressionante a má-fé dessa figura!

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Parlamentares, todos os presentes.

Quero cumprimentar primeiro os trabalhadores vigilantes que estão aqui na luta pelos seus direitos. É muito importante que, a cada dia que passe, a sociedade verifique que precisa estar presente na luta pelos seus direitos. Se assim não for, principalmente no caso do Distrito Federal, onde temos um governo ou um desgoverno insensível, as coisas não andam. Então, quero parabenizar a categoria por esse poder de mobilização.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Quero cumprimentar também os empresários que estão aqui para acompanhar essa discussão acerca da questão do Pró-DF, assim como a Deputada Celina Leão, que, junto com o Deputado Wellington Luiz, exerce a liderança do nosso bloco. Nós estamos aqui para apoiar, para votar, conforme a orientação da nossa bancada. Estamos juntos com os empresários no sentido de corrigir o festival de erros que foram cometidos ao longo do tempo.

Mas o que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, e que me chamou muito a atenção foi a fala da Deputada Celina Leão quando, inicialmente, S.Exa. se refere àquela questão de um aluno da rede pública que, ao se deslocar da cidade do Paranoá até o Cruzeiro, teve uma situação que ficou conhecida como algum jornalista – até com muita felicidade – a intitulou: “o desmaio da fome”.

E aí eu gostaria de relembra que nós não estamos vivendo em nenhum lugar tão distante, tão sem recurso. Nós vivemos na Capital da República Federativa do Brasil. E por que eu estou dizendo isso, Sr. Presidente? Porque, vivendo na Capital do nosso País, nós ainda temos a oportunidade de ver aluno da rede pública do Distrito Federal passar por esse tipo de situação. Quer dizer, acidentes acontecem, mil coisas, mas fome? Fome? Fome na unidade da Federação que, proporcionalmente, é a mais rica do nosso País? Fome no Distrito Federal, que recebe o Fundo Constitucional para custear as suas despesas? Olha, isso aí traz atrás de si algo muito mais grave.

Eu vejo que essa criança mora no Paranoá, mas vai estudar no Cruzeiro. Quem conhece Brasília sabe muito bem que ele atravessa a cidade inteira, o que, no mínimo, contraria a própria norma que estabelece que o aluno deve estudar de preferência na sua comunidade, na escola perto da sua casa.

Eu vou citar um exemplo aqui. Quando eu era garoto, eu morava na 409 Sul, e minha escola era longe, eu tinha que atravessar a rua. Era na 408 Sul. Então, essa Brasília, em que a lei estabelece que nós devemos estudar próximo da nossa comunidade, já existiu, mas ela foi destruída pelo atual governo.

Eu não sei se colocar alunos que moram no Paranoá para estudar no Cruzeiro alimenta alguma fonte de transporte coletivo. Eu até suspeito. Pelos maus antecedentes desse governo que está aí, eu até suspeito que alimente. E isso precisa ficar muito claro para a população.

Não basta o Governador sair por aí dizendo que isso é uma questão pontual. Ele, se não sabe, é o Governador do Distrito Federal. Não existe questão pontual para ele, não. Ele tem obrigação de solucionar os problemas de todo o Distrito Federal, não é só da Secretaria de Educação.

Mas, infelizmente, desde que nós temos denunciado isso, principalmente de cinco meses para cá, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que o governo resolveu adotar uma ferramenta de trabalho. A ferramenta que o governo utiliza é a ferramenta da mentira. Ele mente diariamente para a população do Distrito Federal. Ele não se responsabiliza por aquilo que é sua responsabilidade em função do cargo que ocupa,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

mas, infelizmente, ele ainda não tem consciência da magnitude, da envergadura do cargo que ocupa. E, enquanto isso, a cidade vai fazendo as suas vítimas.

Recentemente nós tivemos chuvas no Distrito Federal. Só não cai chuva nas cabeceiras daqui porque o problema continua. Continuamos tendo cidades com racionamento. Continuamos tendo entupimentos que provocam grandes problemas no trânsito do Distrito Federal. As imagens que foram mostradas de Vicente Pires, de que as ruas se transformaram em rios, e parece que isso não é problema desse governo. Deveria ser! Deveria ser sim problema desse governo! Entretanto não é! Ele não encara dessa forma.

Então quero aqui deixar registrado: vejam quantos problemas poderiam ter sido evitados, Deputada Celina Leão, se o menino que mora no Paranoá estudasse no Paranoá! Não correria o risco de atravessar toda a cidade de ônibus. Não correria o risco de ter uma batida. Não correria o risco de perder duas, três horas dentro de um ônibus. E, para que isso não acontecesse, bastava que esse governo deixasse de ser lerdo e preguiçoso como é. Bastava que esse governo cumprisse a sua obrigação: trabalhar! É só isso!

Evidentemente a população já fez a avaliação deste governo: quase 90% da população do Distrito Federal reprova este governo. Nós sabemos disso! As pesquisas apontam. O Deputado Chico Vigilante está me corrigindo aqui: 92%. Então, isso aí não é porque o fulano é isso ou aquilo, não é porque valoriza os amigos de infância dele para fazer bobagem, não. Isso aí é fruto de dois anos e meio, quase três anos de incompetência, de fuleiragem, que é tudo que está acontecendo dentro desse governo!

Então, Sr. Presidente, quero aqui deixar registrado que a questão desse desmaio da fome não acontece por uma questão pontual, não. Acontece porque este governo não trabalha porque, se trabalhasse, a criança não precisaria sair do Paranoá para ir para o Cruzeiro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trabalhadores da segurança aqui no Distrito Federal, os nossos cumprimentos e a nossa solidariedade. Vocês têm o nosso apoio, principalmente esse apoio que vem sendo capitaneado pelo Deputado Chico Vigilante, diuturno nessa luta, comprometido. Como também nessa luta por encontrar uma solução do Pró-DF em algumas localidades do Distrito Federal. Uma situação extremamente grave que vem impedindo as empresas de expandirem os seus investimentos e de dar contratação de mão de obra aqui no Distrito Federal. Tenho certeza de que hoje nós teremos essa votação e daremos o nosso favorável à matéria. (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Sr. Presidente, o tema hoje é o nosso programa de alimentação escolar. Amanhã a Comissão de Educação, Saúde e Cultura vai debater com a presença de representantes da Secretaria de Educação. É necessário debater essa questão do transporte, não apenas ali do Paranoá Parque, mas também do Riacho Fundo II. Nós estamos com um problema sério. Há um crescimento, e a Deputada Luzia de Paula é uma professora da rede, ela sabe perfeitamente. Há um crescimento significativo de alunos na rede pública. Isso é incontestável, sobretudo com a queda da renda e do emprego das famílias no Distrito Federal. E, naturalmente, o Governo não foi célere na criação de novas unidades.

Quero dizer para os colegas Parlamentares, para a população aqui presente, que eu mesmo tive oportunidade, no início do Governo Rollemberg, de sugerir que o Governo do Distrito Federal – havia inclusive alguns Deputados presentes – fizesse uma linha de crédito para a construção de novas escolas. Naturalmente, o Distrito Federal fica com uma dívida, mas não fica com a dívida moral que é a criança fora da sala de aula. Esse é o problema maior! É a maior gravidade! É bem verdade que temos visto vários prédios serem recuperados para colocar em funcionamento... Cito aqui o Instituto de Línguas de Samambaia, um trabalho de recuperação de um prédio, de uma outra instituição fora da educação, que o cedeu. Existem também algumas outras unidades.

Mas, Sr. Presidente, eu preferi trazer este debate aqui porque a Câmara tem de aprofundar o debate da qualidade da alimentação. A primeira coisa que temos de fazer é retomar o conselho de alimentação aqui do Distrito Federal, que é o que supervisiona a qualidade. Inclusive, com assento para as entidades portadoras de profissionais que acompanham e avaliam a qualidade nutricional dos alimentos.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que a evolução dos recursos... Nós fizemos um quadro que mostra que, na realidade, houve um crescimento real dos gastos efetivados nos últimos anos. Tivemos do ano de 2004 – que é o último registro que temos – até o ano de 2017, só para se ter ideia... Vou falar o que foi realizado, então não é apenas o orçado, é o que foi efetivamente liquidado. Para se ter ideia, no ano de 2004, Deputado Lira, o Distrito Federal tinha um gasto na ordem de 17 milhões com o programa da alimentação escolar. No ano de 2005, aumentou para 20 milhões. E aí houve um crescimento gradativo. No ano de 2014, chegou-se a um montante de 108 milhões de reais. Foi nesse ano, inclusive, que foi oferecido para as crianças, em várias unidades escolares, o chamado café da manhã, com alimentação, leite, café, pão e uma fruta. Esse programa foi bastante exitoso. Já 2015, 2016 e 2017, sofreu uma queda, mas, ainda assim, foram patamares bem superiores aos de 2013, que foi na ordem de 73 milhões. Já em 2015, 98 milhões. Em 2016, 96 milhões. E 2017 existe uma previsão de 115 milhões de reais.

Sr. Presidente, é bem verdade que aqui teríamos de analisar o crescimento da rede pública. Temos nesse processo a incorporação da educação infantil, além do crescimento das outras séries na rede pública. Então, é um programa que,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

independentemente de quem está no governo, é financiado pelo Governo Federal. É um programa extremamente exitoso, que tem uma importância extremamente relevante.

Sr. Presidente, vou propor amanhã na Comissão de Educação e Saúde, que possamos abrir uma comissão especial para aprofundar esse debate. Não apenas do ponto de vista dos números daquilo que está sendo gasto na área da alimentação escolar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas naquilo que é o crescimento dos alunos da rede pública, porque todos nós assistimos, Deputada Luzia de Paula, um crescimento significativo e não há dúvidas de que houve a resposta por parte do poder público. É importante que o Governo do Distrito Federal faça uma análise.

Sr. Presidente, eu quero dizer que V.Exa. é um defensor da alimentação natural e saudável, é ligado a essa área e todos nós sabemos que esta é uma marca da sua história empresarial no Distrito Federal. V.Exa. há de convir que oferecer, num País tropical como é o nosso, feijão, carne vermelha e frango enlatados não é o melhor procedimento sob o ponto de vista de qualidade.

Se alguém aqui come carne enlatada, nesse País tropical, eu quero saber. Agora, as nossas crianças, os nossos filhos têm de comer? Nós temos de fazer essa discussão no âmbito da Secretaria de Educação, no âmbito do sistema licitatório, porque eles têm as razões técnicas, e nós temos de ouvi-los e respeitá-los. Acho que não são técnicos desonestos, Sr. Presidente, mas são técnicos que precisam verificar a análise, o conteúdo e a qualidade. Até porque, com certeza, eu não acredito que eles se alimentem desses produtos.

Sr. Presidente, é um debate que tem de ser aprofundado. Eu, amanhã, pretendo oferecer aos colegas da minha comissão esse relatório que foi produzido pela nossa assessoria dando um panorama geral. Eu gostaria que V.Exa. permitisse a criação de uma comissão especial, como eu estou integrando aqui a comissão proposta pelo Deputado Delmasso – eu fui convidado a integrar na condição de Vice-Presidente uma comissão especial para tratar da questão da epilepsia. É um assunto extremamente importante para nossas crianças e para a população do Distrito Federal. Eu faço questão, Sr. Presidente, de trazer ao Plenário uma proposta, naturalmente, que deverá ser apreciada, primeiro, pelos integrantes da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Essa é uma primeira fala.

Sr. Presidente, não vou me delongar, não sei aqui se o Deputado Agaciel Maia ou a assessoria dele está me ouvindo, mas eu quero pedir, fazer um apelo a S.Exa. Deputado Agaciel Maia, sei que V.Exa. trabalha com saia justa sob o ponto de vista orçamentário, mas a nossa comissão tem ouvido por vários momentos, várias instituições. Nós recebemos a direção do Hospital do Gama; recebemos a direção da Escola da Natureza, da Ceilândia. Por isso fazemos um apelo a V.Exa., ainda que o regimento não tenha tratado às comissões como um ente para propor emendas, mas naturalmente isso poderá ser feito...

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Senhores, há acordo de votação para o Pró-DF. Os Deputados estão trabalhando aqui, fazendo os seus discursos. Há acordo para votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu tenho acompanhado. Ontem, eu estava na cidade de Santa Maria e alguns colegas de vocês me abordaram. Fui ao Gama e aconteceu da mesma maneira. Estou defendendo-os, há o nosso voto favorável, mas vocês precisam ter um pouquinho de solidariedade ao momento difícil que Brasília está vivendo em matéria das nossas crianças. Eu sou o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura e vou levar esse debate até o final. Sei que eu vou contar com o apoio de vocês.

Sr. Presidente, eu vou concluir, sei que estou me delongando. Eu quero fazer um apelo à Mesa Diretora para que subscreva essa emenda. Peço a compreensão do Deputado Agaciel Maia, mas que ele, como membro, possa oferecer uma emenda ao nosso regimento no que diz respeito a emendas de parlamentares. Todos os colegas Parlamentares são testemunhas, em várias reuniões, de que eu tenho levantado, tenho feito essa discussão. E a nossa comissão não pode ser desmoralizada perante a sociedade que nos procurou e acreditou em nós, e nós procuramos apresentar essa resposta. Eu peço a compreensão do relator e conto com o apoio da Mesa Diretora para que subscreva essa emenda porque, se nós não podemos, eu peço a essa Mesa Diretora que faça isso em bem da nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão é que nós tivemos hoje, pela manhã, um grupo de professores e professoras aposentados que lotaram a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças pedindo o empenho desta Casa no pagamento da pecúnia dos professores. Todo mundo sabe que isso é um direito devido a eles. Há profissionais, Deputado Wellington Luiz, que estão doentes, bastante doentes. Está todo mundo endividado com o BRB. Nós ficamos de, com o Deputado Agaciel Maia, marcar uma reunião com o Governador para resolver a questão da pecúnia. Há alguns professores que estão aqui na galeria esperando uma posição, e eu quero encarecer a V.Exa. mais uma tarefa para esta Casa. Sei que V.Exa. está engajado, eu também estou engajado, outros Deputados também, mas vamos na luta para conquistar essa pecúnia para os professores.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o governo, ao afirmar que gostaria de votar o projeto do Pró-DF, poderia colocar os

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Deputados da Base dentro do plenário. O que se percebe é que a Oposição está totalmente presente aqui. Nós temos oito Deputados da Oposição aqui. Eu tenho medo de cair o *quorum*, Sr. Presidente. Então, eu gostaria que fosse feita essa mobilização, porque o governo sabe fazer como ninguém quando quer votar algum projeto. A não ser que ele não queira votar, Sr. Presidente. Reafirmo que nós estamos aqui, toda a Oposição, inclusive com o bloco do PT e o nosso bloco. Somamos oito Deputados.

Outra questão eu queria fazer na fala do Deputado Chico Vigilante. Hoje nós aprovamos na CCJ, Deputado Chico Vigilante, um projeto de minha autoria que permite o uso dessas precatórias, desses recursos para quem tem dívida no BRB. É tão esquizofrênico o que nós estamos vivendo. Há professores aí aposentados, com recursos para receber do Estado, e devem ao BRB. Então, a gente propôs esse projeto de lei, passou em todas as comissões e foi aprovado na CCJ. Existe um pedido dos professores para que a gente vote isso o mais rápido possível. Eu acho que a gente pode talvez, Sr. Presidente, se for de acordo com V.Exa., trazer ao Plenário na semana que vem.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Há acordo.

Vou continuar os Comunicados de Parlamentares com o Deputado Agaciel Maia. Depois darei a palavra ao Deputado Rafael Prudente. O Deputado Agaciel Maia está aguardando faz tempo aqui.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Já que houve a cessão deste *gentlemen* Deputado Agaciel Maia, vou conceder a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao sempre prestativo, meu professor de economia particular, Deputado Agaciel Maia. Mas eu quero fazer um apelo aqui no mesmo sentido da Deputada Celina Leão, aproveitando o espaço para pedir que os Deputados desçam. Esta Casa tem que dar resposta. O pessoal está aqui. Nós já estamos chegando às cinco horas da tarde. O pessoal chegou cedo aqui. Tem que trabalhar, pagar imposto, gerar economia para o Distrito Federal. Faço um apelo aos Deputados, especialmente aos da Base do Governo – não sou o Líder, mas sei que o Deputado Agaciel Maia é o Líder de Governo e faço esse apelo a S.Exa. –, que desçam e a gente possa apreciar esse projeto ainda hoje, Sr. Presidente. É isso. Peço para votar logo em seguida.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal da galeria, senhoras e senhores, eu quero fazer aqui um registro especial ao Deputado Ricardo Vale, ao Deputado Wellington Luiz, que junto com o sindicato da CEB me procurou no domingo à tarde para que eu intermediasse uma negociação entre os servidores da CEB que estavam em greve e o governo. Esse assunto foi tratado no Colégio de Líderes. Eu recebi também por parte do PR, o partido a que pertencço, e também o Deputado Bispo Renato Andrade, a missão de ajudar a solucionar o problema da greve da CEB.

Eu entrei em contato com a estrutura de governo, com o Governador. Foram feitas algumas propostas, os servidores da CEB – Companhia Energética de Brasília – foram atendidos e acabou-se a greve. Portanto, eu faço essa referência especial ao Deputado Ricardo Vale e ao Deputado Wellington Luiz, que me possibilitaram compartilhar dessa solução que foi boa para a população do Distrito Federal.

Tenho algumas outras missões de tentar ajudar já que me foi dada essa função de Líder do Governo para resolver os problemas da cidade. Eu sempre disse isto, Presidente, que eu sou de um partido de oposição, sou Líder do Governo porque conheço a realidade de alguns estados brasileiros pois tenho familiares e não gostaria de ver o Distrito Federal na situação em que esses estados se encontram, como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que sempre foram estados prósperos, como o Distrito Federal, e que hoje sequer pagam aos servidores em dia.

Quero também destacar, Sr. Presidente, o papel importante de V.Exa., desta Casa Legislativa e, principalmente, dos membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Em 2011 e 2012, eu fui Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e, nesses dois anos do Governo Agnelo, as finanças estavam equilibradas, os pagamentos estavam em dia.

Quando nós assumimos a CEOF novamente agora, no início de 2015, nós tínhamos um limite prudencial de 53%. Todos os pagamentos de fornecedores, prestadores de serviço, terceirizados e servidores estavam atrasados, e o Estado sem nenhuma condição financeira de fazer qualquer contratação ou pagamento adicional de pessoal.

Eu tenho orgulho de dizer aos colegas membros da comissão e a esta Casa, a todos os Deputados, que hoje o Distrito Federal está fora das unidades federativas inadimplentes com os servidores e também com os fornecedores e terceirizados.

Hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós recebemos os professores aposentados que têm direito ao pagamento de licença-prêmio, chamada pecúnia, que são meses a que o servidor público tem direito e deixa de gozar, continua trabalhando. Quando esses servidores se aposentam, o Distrito Federal e mais três ou quatro estados brasileiros ainda realizam o pagamento disso, que é uma espécie de fundo de garantia que o servidor tem, diferentemente dos outros, e este aposta naquilo para, quando se aposentar, receber o valor e colocar suas finanças em dia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Foram-me feitos dois pleitos, não só a mim, mas aos membros da comissão. Eram necessárias duas coisas. Primeiro, marcar uma audiência com o Governador, junto com a Rosilene, que é a Presidente do Sinpro – Sindicato dos Professores –, e que esteve presente também na comissão.

Segundo, em uma reunião que tivemos aqui com o Deputado Chico, Deputado Wellington Luiz, Deputado Wasny de Roure e outros Deputados de que não lembro os nomes, a Presidente do Sinpro disse que houve um acordo entre ela e o governo de que, este ano, seriam disponibilizados 100 milhões de reais para pagamento das pecúnias e que até agora só tinham sido disponibilizados 20 milhões. O objetivo maior seria essa cobrança de que o governo precisa cumprir os 80 milhões acordados entre ele o Sindicato dos Professores.

Algumas proposições – do Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Leite, Deputado Prof. Israel, Deputado Rafael Prudente – foram feitas no sentido de fazer uma frequência, como nós chamamos estatisticamente, ou estratificar os pagamentos determinando os valores em faixas salariais, dando prioridade a essas faixas. Isso é uma proposição que nós vamos levar a essa reunião se houver acordo por parte dos interessados, pois nós sentimos que alguns não concordam.

Outro assunto é que o governo havia assumido o compromisso de mandar um projeto de lei dando prioridade às pessoas que se aposentaram, têm pecúnia para receber, estão com doenças graves e necessitam urgentemente desse dinheiro.

Primeiro, respondendo aos professores que estão presentes aqui e estiveram na comissão, o governo já acordou em marcar reunião, só não a definiu porque está externamente desde a manhã. Então, só quando chegar ao gabinete vai definir o horário e o dia em que vai nos receber.

Segundo, eu falei com a Leany, que é a secretária de planejamento. Está provavelmente na Procuradoria, que é essa coisa de corrigir a redação, a técnica legislativa. O projeto é o instrumento legal, que vai permitir inclusive aos Deputados fazer alterações através de emendas, e dar celeridade aos pagamentos. Provavelmente ele deva ser protocolado amanhã aqui na Câmara Legislativa, ou no máximo na quinta-feira.

Então, dois itens foram levados à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Um era marcar uma reunião para cobrar a execução dos 100 milhões acordados, e o outro era mandar o projeto para a Câmara, permitindo antecipar o pagamento dos professores que se aposentaram, têm pecúnia para receber e estão acometidos de doença. Esses dois assuntos estão encaminhados, e quero dizer isso aos professores. Esse projeto vai permitir aos Parlamentares incluir emendas, sejam substitutivas, aditivas, dentro de uma regularidade, dentro de um procedimento legal. Se partir só do Deputado, o projeto cria vício de origem. Então, será permitido aos Deputados, atendendo a demanda dos professores, do sindicato, mexer nesse projeto que vai chegar provavelmente amanhã aqui na Câmara Legislativa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Outra missão que me foi solicitada tem relação com o problema dos vigilantes, com o qual V.Exa. também está empenhado. Tenho conversado com o Deputado Chico Vigilante, que é um dos grandes amigos que eu tenho. Mesmo trinta anos antes de virar Deputado, eu já era amigo do Deputado Chico Vigilante. Resolvemos muitas questões na época em que eu estava no Congresso. Ele é uma pessoa por quem eu tenho uma consideração muito grande. Estamos empenhados em construir uma solução, Deputado Joê Valle, com V.Exa., com o Deputado Wellington Luiz e com outros Deputados, no sentido de resolvermos essa questão, esse impasse dos vigilantes. Seja por acordo com as empresas, seja por aditivo, resolveremos definitivamente essa *via crucis* pela qual estão passando esses vigilantes que não tem nada a ver com essa questão. Existem uns entendimentos.

Os vigilantes são pessoas... Primeiro, eu quero dizer que estou do lado de vocês. A outra é que estou seguindo um pouco a orientação do Deputado Chico Vigilante, que conhece mais do assunto de vocês do qualquer outro Deputado. O Presidente da Casa é quem tem mais força aqui. Depois, o Vice-Presidente, que é o Deputado Wellington Luiz. Aí, numa escala dessa, esse humilde Deputado aqui vai estar em oitavo, nono lugar. Eu estou otimista, Deputado Chico Vigilante. Nós vamos resolver essa questão dos vigilantes. Está marcada a reunião para amanhã, e provavelmente amanhã já se resolve isso.

Há dois assuntos, e esses são mais espinhosos. Um é a construção de um encaminhamento por parte do governador da equiparação da Polícia Civil com a Polícia Federal. Houve um compromisso e já está na nossa cabeça a construção orçamentária e financeira. É necessário apenas resolvermos essa questão do encaminhamento de uma mensagem do governador à Presidência da República, para que seja construído um projeto de lei dentro do Congresso Nacional que permita resolver essa questão da Polícia Civil. Essa questão já vem se arrastando e sempre se está dando uma desculpa, adiando. Então, nós estamos empenhados em convencer o governo – avançamos alguns passos adiante – de que é uma boa proposta encaminhar a solução da Polícia Civil.

O outro aspecto também está bastante avançado, e trata da redução do interstício dos policiais, que é a principal demanda da Polícia Militar. Essa redução de interstício, Deputado Wasny de Roure, vai permitir promoção a um policial que fica na rua durante tanto tempo esperando por ela, mas essa promoção nunca vem. Nós sabemos o quanto ela significa para um policial, às vezes muito mais que o aumento salarial.

Então, há um entendimento, Deputado Ricardo Vale, de o governo avançar. Não é um compromisso fechado, porque eu não sou Governador, não posso dar a palavra pelo Governador, mas há um compromisso avançado de que também haverá a redução do interstício da Polícia Militar, junto com essa equiparação da Polícia Civil, e a gente dê alguns passos adiante. Estamos bastante otimistas, a exemplo do que fizemos com os servidores da CEB recentemente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Portanto, Sr. Presidente, essa é a minha função junto com V.Exa., junto com a Mesa Diretora e os demais Deputados. É exatamente construirmos uma solução – o pessoal que conhece meu estilo de trabalho sabe disso – para chegarmos mais adiante, independentemente de pessoas, de partido e de eleição, e consigamos resolver os problemas que o Distrito Federal tem.

Quero também fazer um apelo aos colegas Deputados. Venham ao plenário, para realizarmos a votação do Pró-DF, em decorrência da expectativa que nós temos aqui.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero aqui registrar e saudar a presença do nosso secretário de desenvolvimento, Dr. Valdir. Seja bem-vindo!

Sr. Presidente, quero lembrar que se essa votação ainda não está pronta, não é por conta dos Deputados da Oposição. Os Deputados de Oposição encontram-se aqui, fazendo a sua obrigação enquanto cidadãos, enquanto pessoas que se preocupam com Brasília, independentemente da coloração partidária. Então, quero deixar bem claro aos que estão aqui que a Oposição – diferentemente do que foi dito pelo Governador –, os Deputados de Oposição estão aqui para votar esse projeto porque nós entendemos que é extremamente importante para o setor produtivo e para toda a população. Quero apenas registrar isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que protocolei um memorando à Escola do Legislativo, no seguinte sentido. Nós recebemos aqui a visita das escolas com os alunos. Ontem, visitando a cidade do Gama, em uma grande reunião da associação dos idosos, houve um pedido dos idosos que queriam conhecer a Casa.

Eu fiquei até constrangido, então entrei com um pedido à Escola do Legislativo para preparar um momento em que os idosos, pelo menos uma parte dos idosos da cidade do Gama, possam conhecer melhor o seu legislativo. Eu encaminhei por escrito esse pedido, porque foi uma solicitação lá na reunião dos idosos.

Sr. Presidente, eu queria também registrar aqui, principalmente ao Líder do Governo, que nós fizemos uma emenda – nem protocolamos porque precisamos de um projeto que recepcione – de cinco milhões, das sobras do nosso orçamento. Atendi um apelo da Deputada Celina Leão, para poder ajudar nesse apoio que a Câmara Legislativa vai dar ao governo no pagamento das pecúrias. Essa é a demanda que os professores e outros servidores estão fazendo no encerramento do exercício de 2017. É isso, Deputada Celina Leão?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale, nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou procurar ser breve, porque também quero ajudar a votar o Pró-DF. Comunidade do Bonsucesso, contem comigo, estou aqui pronto para votar. Aproveito e peço aos Parlamentares que desçam para termos *quorum*.

Também quero me dirigir aos vigilantes e às vigilantes e dizer que me atrasei porque estava numa audiência. Quando cheguei aqui, fui conversar com o Deputado Chico Vigilante. Cheguei aqui numa expectativa, Deputado Agaciel Maia, de que as coisas já estivessem resolvidas ou que pudéssemos resolver isso aqui hoje. Na terça-feira, Deputado Chico Vigilante, nós fizemos a reunião lá com o Governador, e o próprio governo disse que iria fazer um levantamento nas contratações: quem estava, quem não estava, quem entrou. Chegamos aqui hoje, terça-feira, sete dias depois, e não há nada, não temos perspectiva de nada. Ali há pais de famílias que precisam alimentar seus filhos e pagar suas contas. Não dá para ficarmos protelando essa história, não dá para ficarmos esperando. Se o governo vai resolver, que ele fale que vai resolver logo; se não vai, nós temos condições, temos instrumentos para resolvermos aqui na Casa.

Marcaram outra reunião para amanhã. Vamos lá. Conversei com o José Flávio ali. O governo não tem nada, pelo menos até agora, para falar.

Então, temos que ser honestos com nós mesmos, temos que ser honestos com esses vigilantes aqui. Eu queria propor: se, até 17h de amanhã, não sair nada, que venhamos aqui na quinta-feira e aprovemos esse projeto de decreto legislativo de uma vez por todas e resolvamos logo a situação deles. Não dá para protelar mais. Como eu falei, as contas não esperam, a panela está lá, os filhos precisam ser criados.

Então, fica aqui minha solidariedade. Quero dizer que vou lá amanhã. Espero que as coisas possam ser resolvidas. Vou ser breve para que possamos votar o projeto do Pró-DF.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Só quero deixar claro aqui que, se o projeto de decreto legislativo resolvesse o problema definitivamente, esta Casa já o teria votado, mas ele não resolve o problema definitivamente. É uma forma e a última forma que temos para forçar o Governador a fazer uma negociação. Se esse projeto resolvesse, nós já teríamos resolvido, já o teríamos votado nesta Casa. Só para deixar isso muito claro para todos.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, pessoas que estão na galeria. Sr. Presidente, eu vou abrir mão da minha fala, já que o horário está avançando e precisamos votar o projeto do Pró-DF.

Então, em homenagem ao meu amigo Pedro, Presidente da FAMICRO – Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal e Entorno, e a todos os amigos que aqui estão, eu abro mão da minha fala, para que possamos votar logo esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de avisar aos professores que o governo já confirmou a reunião. Vai dizer só o horário da reunião com a Rosilene, do SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito inversão da pauta para votarmos o projeto do Pró-DF primeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa. Vamos votar primeiro o projeto do Pró-DF.

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nº 1 a nº 63, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passaremos ao primeiro item para discussão e votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é preciso ficar claro que há um grupo de Deputados aqui, que, neste momento, é maioria no plenário, que tem uma decisão clara: vão votar tão somente o projeto do Pró-DF. Amanhã, às 17h, está marcada essa reunião com o Governador e é a última. Se não resolver, nós vamos votar o projeto de decreto legislativo, e aí ele vai ver o que é confusão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente. É isso aí.

Acato a solicitação do Deputado Chico Vigilante.

Solicito à assessoria da Mesa que coloque aqui o projeto do Pró-DF. (Pausa.)

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só repetir uma solicitação que eu fiz no início. Se for possível, eu queria pedir aqui a compreensão dos Líderes.

Foi votado hoje um projeto de decreto legislativo que homologa o convênio do Confaz que concede isenção para os taxistas e para as pessoas com deficiência. Já está pronto para votação. Se pudéssemos votar... Porque a falta dessa homologação está prejudicando a renovação da frota, que foi estabelecida na Lei dos Taxistas, e também a aquisição de carros pela pessoa com deficiência.

Então, eu queria pedir a V.Exa. por obséquio, que, se puder, faça isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Farei a consulta aos Líderes, Deputado Delmasso.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Vou fazer uma consulta aos Líderes sobre o projeto de decreto legislativo relativo ao convênio que reativa a possibilidade de as pessoas com deficiência e os taxistas terem desconto. Consulto os Líderes se há acordo para votação.

Deputado Wellington Luiz, há acordo para votação do projeto de decreto legislativo, pedida pelo Deputado Delmasso? Não é o Pró-DF. Estou falando do projeto de decreto legislativo relativo à diminuição de imposto para os taxistas e para as pessoas com deficiência na compra de veículos. É a reativação de um convênio. É uma homologação de convênio.

Consulto os Líderes. (Pausa.)

Não havendo acordo, passo para o próximo item de pauta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Pelo fato de o nosso Líder do bloco Sustentabilidade e Trabalho, o Deputado Chico Leite, não estar presente – acredito que está chegando –, como Vice-Líder, considerando que essa questão da homologação do ICMS é pacificada e é corriqueira, todo ano acontece aqui, estamos de acordo com que ele entre na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Vou voltar a fazer a consulta logo após o Pró-DF.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão, como itens extrapautas, da Resolução nº 56 e do Projeto de Lei nº 1.743.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de ordem de V.Exa. e o incluo como item extrapauta.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, foi sabatinado e aprovado, por unanimidade, na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, como Diretor Membro da Diretoria Colegiada da Adasa, Agência Reguladora das Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, o Dr. Jorge Enoch Furquim Werneck Lima.

Nós sabemos que é importante e conhecemos profundamente o conhecimento, o grande profissional que é o Dr. Jorge. Eu queria fazer uma questão de ordem, para que pudéssemos incluir na votação a aprovação dele, já que ele foi sabatinado e aprovado pela comissão de mérito. Eu gostaria de saber se poderíamos votar isso ainda hoje, para que a Adasa não fique mais alguns dias sem diretor, pois é fundamental.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, eu vou fazer a consulta aos Líderes logo após a votação do Pró-DF, já que teremos de continuar a consulta. Assim, eu farei a consulta dos dois projetos ao mesmo tempo, apesar de que o PDL não está aqui. Ele ainda não foi formulado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há o entendimento da maioria dos Deputados para votarmos este projeto do Pró-DF. Portanto, quero pedir para não ficarem aqui colocando coisas sobre as quais não há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de ordem de V.Exa. Deputado Chico Vigilante.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.743, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, que instituiu o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – Pró-DF II”, bem como altera a Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003 e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Aprovados os pareceres favoráveis na forma das emendas apresentadas, a Comissão de Assuntos Fundiários deverá se manifestar sobre as Emendas de nºs 9 a 12. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as Emendas de nºs 2 a 12 e a Subemenda nº 6, e a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, sobre as Emendas de nºs 11 e 12.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as Emendas nºs 9, 10, 11, e 12.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários às Emendas nºs 9, 10, 11, e 12 ao Projeto de Lei nº 1.743, de 2017, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, de autoria do Poder Executivo, que instituiu o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – Pró-DF II”, bem como altera a Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências”.

Nos termos do art. 68 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Assuntos Fundiários emitir parecer de mérito das matérias que tratam de políticas fundiárias, utilização e desafetação de bens e direitos urbanísticos.

No mérito, manifestamos o voto pela aprovação das Emendas nºs 9, 10, 11, e 12 no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, fazendo um alerta em relação ao parágrafo único, VIII, da Emenda Aditiva nº 11, que pode induzir à regularização de residências ou quitinetes nos lotes do Programa do Pró-DF II, e lembrando que há o compromisso do Secretário da SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico) de que um novo projeto será apresentado nesta Casa, para o atendimento de todas as demandas dos pequenos empresários.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CAF.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só pediria explicação com relação à Emenda nº 11. Não entendi se o voto da Relatora é favorável à emenda ou contrário.

DEPUTADA TELMA RUFINO – É favorável, Deputado. Eu estou alertando.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ou seja, V.Exa. é favorável à inclusão. Dá para ler essa emenda, Deputada? Isso me ajudaria a entender, porque essa é uma realidade muito difícil que nós temos de resolver, e essa emenda talvez resolva esse problema.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Então, eu vou ler tudo, Deputado Wasny de Roure.

Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.743, de 2017, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, que instituiu o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal PRÓ-DF II”, bem como altera a Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências”.

Acrescenta-se os arts. 6º, 7º e 8º ao texto do projeto de lei, renumerando os demais com a seguinte redação:

Art. 6º. O beneficiário de boa-fé que assinou o contrato de concessão de direito real de uso com a opção de compra perante a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP até 19 de maio de 2015 poderá obter o atestado de implantação definitivo e exercer a opção de compra observando as cláusulas e condições previstas no respectivo contrato.

Art. 7º. A Terracap terá o prazo de sessenta dias, após a emissão do atestado de implantação definitivo, para assinar a escritura pública de compra e venda ou escritura pública de promessa de compra e venda, a depender dos termos do contrato de concessão do direito real de uso com opção de compra.

Parágrafo único. O não cumprimento do prazo a que se refere o *caput* por motivo alheio à vontade da concessionária ensejará a imediata suspensão do pagamento das taxas de ocupação.

Art. 8º. Os imóveis comerciais situados nas áreas passíveis de regularização do Distrito Federal serão inseridos no estoque de lotes do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, mesmo que obstruídos, visando à concessão dos incentivos econômicos ou reassentamentos econômicos produtivos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

Parágrafo único. As áreas cuja destinação seja mista, incluindo habitação, poderão ser objeto de concessão de incentivo econômico quando forem utilizadas apenas para fim do exercício de atividade produtiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Wasny de Roure?

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sei que esse projeto tem algumas dificuldades, mas ele avança em um problema há muito tempo existente, que são as situações de irregularidade do PRÓ-DF.

Nós precisamos dar um passo para a frente. Eu acredito que, talvez, alguns problemas surgirão, mas que deveremos resolver no tempo oportuno. Não nos adianta antecipar problemas antes de tratá-los.

Quero, inclusive, citar essa questão da realidade de moradia. Muitas vezes, o empreendedor também tem que se preocupar com a segurança do imóvel, que não é um imóvel em si, é o empreendimento que ele tem, Sr. Presidente.

Às vezes, a melhor forma, pelo nível de renda, pela magnitude – são empreendimentos de pequena escala de renda –, é a própria presença do proprietário morando no local, que é um elemento que colabora em um processo desse.

Às vezes, alguém até prefere a mentira. É muito comum se dizer: “Não! Faz seu escritório. Depois que resolverem a coisa, você faz sua moradia”. Então, fica um programa mentiroso quando ele pode resolver outros problemas de maneira secundária, mas de maneira relevante.

Portanto, quero felicitar essa emenda que procura encontrar algumas saídas para alguns problemas existentes. Pelo menos, é uma tentativa, e a gente deve trabalhar.

A proposta como um todo dá a perspectiva de um problema que existe. A cidade não pode ter o problema pelo problema. O problema tem que avançar no seu equacionamento.

Eu quero felicitar o Secretário Valdir e a comissão que trabalhou nesse projeto. É um projeto inteligente. Acho que é o momento de a cidade receber uma resposta positiva daquilo que precisa avançar e aperfeiçoar.

Portanto, Sr. Presidente, conte com o nosso apoio e o nosso voto favorável à matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero discutir, até mesmo pelo parágrafo único e pela Emenda Aditiva nº 11 que eu acho importante explicar aos nossos colegas.

O que acontece? Nós temos beneficiário de boa-fé, inclusive é o que fala o artigo 6º “que assinou o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra perante a Companhia Imobiliária — TERRACAP” – ou seja, o primeiro pré-requisito é que essa pessoa tenha um contrato formal, então, nós não estamos aqui falando de invasão de área pública, de quem invadiu área pública – “até o dia 19 de maio de 2015 poderá obter o Atestado de Implantação Definitivo e exercer a opção de compra”. Por quê? Porque muitas pessoas já gostariam de obter a opção de compra e não estão nessa situação.

“Art. 7º A Terracap terá prazo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Atestado de Implantação Definitivo para assinar a escritura”. Eu acho que é importante a gente colocar prazo nisso também. “O não cumprimento do prazo a que se refere o *caput*, por motivos alheios à vontade da concessionária, ensejará a imediata suspensão de pagamento das taxas de ocupação.”

E aí eu quero fazer um parêntese sobre esse artigo. O que acontece? A Terracap demora demais para resolver o problema do empresário e continua cobrando a Taxa de Concessão de Uso. Essa Taxa de Concessão de Uso, Deputado Bispo Renato Andrade, por muitas vezes, é o que seria o valor das prestações do pagamento definitivo daquela escritura. Então, a Terracap não agiliza os processos, continua cobrando direito de uso. Ou seja, ela tem sessenta dias para agilizar isso e eu tenho certeza de que ela irá agilizar, porque ela vai querer receber rapidamente o valor que o empresário deve, mas não vai continuar cobrando esse recurso. E aí eu acho que é até um uso indevido.

E eu acho que o mais importante, em cima da fala do Deputado Wasny de Roure, que também acompanha essa questão de perto, principalmente ali na região de Santa Maria e do Gama, já que nós temos imóveis comerciais citados em áreas passíveis de regularização do Distrito Federal.

Tem uma coisa que está acontecendo, Sr. Presidente, que é superengraçada. O governo tem regularizado aquela área, principalmente aquela da avenida de Santa Maria, com um documento que não tem validade nenhuma, porque fizeram um decreto, mas aquela área ainda não está como área comercial. Ninguém tem dúvida, já que quem olha aquela avenida principal de Santa Maria sabe que é uma avenida comercial. Ela está virada para a rua. Ela deveria ser uma avenida comercial. Então, o que estamos falando aqui no artigo 8º é: “Os imóveis comerciais situados nas áreas passíveis de regularização” – e quem vai falar isso é a própria regulamentação da secretaria, se está passível ou não de regulamentação, se pode ou não ser comercial, o que é exatamente o que acontece em Santa Maria e em outras cidades também – “serão inseridos no estoque de lotes dos Programas de desenvolvimento econômico do Distrito Federal, mesmo que obstruídos, visando à concessão de incentivos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

econômicos ou reassentamento econômico produtivo”. Ou seja, aquilo ali que está no estoque pode ser realocado para o programa.

E tem aqui também, Sr. Presidente, a nossa Emenda nº 12 que vou comentar, até porque acho que é importante explicar, já que ela retorna aos estoques da própria secretaria aquelas pessoas que têm distratado o programa. Tem que ter uma sanção para quem não cumpre o programa para que aquilo seja distratado e aquele lote volte para a mão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para realmente voltar ao programa para aquele que queira criar emprego e renda.

Era isso, Sr. Presidente.

Apenas para esclarecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante a gente abordar aqui a coisa de forma mais ampla. O Distrito Federal tem uma lógica perversa de criar ilegalidade para depois, por meio de outra ilegalidade, transformar aquilo em legal.

O empresário agiu de boa-fé. Em determinados momentos, gestores públicos, indistintamente de questões partidárias ou ideológicas, acabaram agindo de má-fé, se aproveitando da boa-fé do empresário que queria ter um lote para abrir o seu empreendimento, e o fizeram de forma irregular para depois esta Casa passar aperto e transformar o ilícito em lícito, seja no lote de moradia do cidadão, seja no lote de empresário.

O meu temor se deve a que toda vez que a gente vem aqui e aprova determinados tipos de leis, a gente vai perpetuando essa lógica perversa, e o crescimento desordenado vai se fazendo! Ressalto: o empresário agiu de boa-fé, mas em algum momento algum gestor público agiu de má-fé, e, como ninguém é punido por improbidade administrativa, a coisa vai se repetindo! Por quê? Porque esta Casa corrige o problema, mas alimenta outro e outro e outro, e a gente vai construindo um monstro que não para de crescer.

Então, Presidente, a gente tem que ser muito cuidadoso! Entendo a demanda do empresariado, vejo a necessidade de se regularizarem determinadas situações, não sei se é o momento de fazê-lo por meio de determinadas emendas, entendo a pressão política para fazê-lo, e até para pressionar este governo a encaminhar para cá projetos que atendam às demandas de outras regiões, a exemplo de São Sebastião, que é uma demanda do nobre Parlamentar Lira. Mas só peço que a gente tome cuidado para, na tentativa de ajudar, não matar um projeto razoavelmente bom.

Na Comissão de Constituição e Justiça, eu me absteve justamente por absoluta insegurança jurídica em acompanhar essa matéria. Darei um voto favorável aqui em plenário ainda que a insegurança não tenha sido superada, mas com a expectativa de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

que o governo mande para cá depois um projeto mais bem construído para regularizar essas outras áreas. E darei meu voto aqui muito mais em consideração à pressão política do Deputado Lira e ao parecer da Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito importante a votação desse projeto, que poderia até nem estar acontecendo, pois ainda foi emitido um decreto, segundo informações aqui da assessoria, que tumultuou um pouco esse quadro em 2015. Portanto, o governo se viu na condição de fazer e mandar esse projeto a esta Casa.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras tem razão. Há uma preocupação com a emenda da Deputada Celina Leão no que diz respeito a quem não pode pagar ter que devolver porque geralmente essas pessoas que dependem de um lote para fazer o desenvolvimento industrial ou empresarial são pessoas que às vezes passam por dificuldade financeira, não por causa delas, mas em decorrência da própria conjuntura da economia. O sujeito não tem condição de pagar, às vezes, faz um esforço muito grande e depois por uma conjuntura desfavorável ou até mesmo pessoal, econômica pessoal, essa pessoa perde todo aquele trabalho, todo aquele esforço, devolvendo esse lote ao governo.

Então, eu mesmo, em relação a essa proposta inteligente da Deputada Celina Leão, discordo sob esse aspecto da devolução, a não ser que se fixem algumas outras condições, que haja uma regulamentação bem feita para que a gente não venha a cometer injustiça com quem investiu, ganhou, investiu, trabalhou, mas por uma dificuldade financeira pessoal ou conjuntural da própria economia, venha a ficar impedido de realizar os pagamentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para discutir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade nós estamos tratando de um problema criado pelo governo, trata-se daquele decreto de 2015. As coisas estavam indo muito bem, e aí o governo chegou para dizer que é diferente, fez um decreto que não foi capaz de executar porque o decreto não tem como ser executado. Manda agora esse projeto como se fosse a oitava maravilha do mundo.

Portanto, quero aqui fazer uma sugestão a V.Exa., e aí é necessário que o governo assuma compromisso. Os Deputados estão apresentando as emendas, já sabemos de antemão que o governo vai vetar, não é isso? A sugestão que faço, e aí é preciso garantias do governo, de quem fala pelo governo, de quem responde pelo governo, Deputada Celina Leão, é votarmos o projeto sem as emendas com a garantia de que o governo mande um projeto regularizando todos esses problemas que estão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

colocados. Um projeto do Executivo, para não ter nenhum risco de cair no Ministério Público.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu queria, antes, explicar. Talvez porque eu não li o artigo, então não ficou muito claro.

A Emenda nº 2 não retira de quem não se comprometeu. Ela diz o seguinte em seu artigo 9º: “fica estabelecida a possibilidade de apresentação de carta-consulta em substituição a de empresas que já estão estabelecidas em endereço incentivado desde que a empresa pleiteante comprove a viabilidade econômica e financeira...” tal, tal e tal. Mas no parágrafo primeiro ela fala o seguinte: “acolhida a carta-consulta, deverá ocorrer renúncia do incentivo econômico pela empresa anteriormente incentivada e, conseqüentemente, realização do distrato junto à Terracap (...).”

Então, não vai tirar a empresa de ninguém que não tiver, de livre e espontânea vontade, feito o distrato.

Só que o que acontece, Sr. Presidente? Essas empresas, hoje, vendem para outro o direito que deveria ser do Estado. Ela quer fazer o distrato? Faz o distrato com a Terracap, que é o que está previsto aqui, e aquilo volta para o banco de lotes da Secretaria.

Então, no parágrafo primeiro está explícito que ninguém vai tomar nada de ninguém. Aquela empresa que desistir, ela tem condição de fazer o distrato e aquele lote volta para o programa, e qualquer outra empresa pode pleiteá-lo. Falando o óbvio.

E sobre a proposta do Deputado Chico Vigilante. Eu teria outra proposta, Deputado Chico Vigilante, que eu acho que a gente pode votar, também, sem nenhum prejuízo.

Qual seria o acordo? Principalmente porque o nosso Secretário está aqui, o Valdir. A gente votaria o projeto no formato que está. O governo deve vetar alguns artigos que ele tem discordância, tanto que está muito bem colocado para que a gente não prejudique o texto principal – foi um cuidado que nós tivemos na técnica legislativa. Se o governo não encaminhar um projeto para resolver aqueles problemas da cidade, a gente volta aqui e derruba o veto. Mas o governo tem condição de mandar.

Valdir, eu acredito em você, em você como secretário, como gestor, que chegou lá rapidamente já fez um trabalho, mas eu não acredito no Governador Rollemberg. Desculpe-me. Eu não tenho condição de botar o futuro disso nessa condição.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Então, eu faço uma proposta diferente: a gente vota, o governo veta o que ele tiver que vetar, manda o projeto para a Casa para resolver o problema daquelas outras, que ele acredita que não poderia ser resolvido pela técnica legislativa nesse projeto, e aí, sim, a gente deixaria os artigos vetados aqui para discutir com vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, tem uma dúvida aqui para efeito de *quorum* que é se há benefício fiscal na emenda apresentada. Se não há, não precisa de dezesseis votos. Se há, ...

Se não há, tudo bem.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não tem, não.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não tem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para fazer um alerta.

O Pró-DF tem as suas regras, e essas regras são desde a época da criação, do Governador Roriz, que vieram se atualizando. E os empresários que participam do Pró-DF seguiram essas regras. E essas regras não podem ser mudadas no meio do jogo, no meio do caminho, como o governo fez: foi editado um decreto que mudou a regra do jogo. E com isso prejudicou centenas, talvez milhares de empresários.

Então, o projeto que o Secretário Valdir trabalhou junto com as lideranças do setor produtivo vem para corrigir tão somente o que o governo editou de decreto, a meu ver erroneamente – se não fosse erroneamente nós não estaríamos aqui discutindo isso.

Agora, esse não é um projeto para se resolver todos os problemas do Pró-DF, não é para resolver os problemas de quitinetes no Pró-DF, e não é um projeto, também, para se resolver questões fundiárias.

Como diz o nosso professor Deputado Agaciel Maia, nós não podemos nos dar ao luxo de dar uma vitória ao pessoal aqui, mas que seja uma vitória de Pirro, para que, logo em seguida, esse processo seja impugnado 100% pelo Ministério Público, visto que corre o risco.

Então, foi um projeto enxuto que o governo mandou e a gente tem que tomar muito cuidado aqui para não mudar muito o escopo desse projeto para que ele não seja questionado na justiça, o que há muita chance. Então peço aos nossos Pares aqui para a gente tomar muito cuidado com relação a isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante, talvez, suspender a sessão por uns 5 minutos ou menos, só para a gente tirar essa dúvida sobre o problema da renúncia porque corre o risco de a gente aprovar aqui em *quorum* diferenciado, pois a assessoria aqui está defendendo que as emendas permitem dar interpretação à renúncia fiscal.

A grande preocupação nossa é não nadarmos e morrermos na beira da praia. De fazer esse esforço... É meritório esse projeto, é um projeto importante demais para os empresários, para o governo, para todos nós, então a gente poderia tomar algumas precauções e dar uma olhada com cuidado nisso para que a gente não faça esse esforço depois.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, V. Exa. pode destacar a emenda. A gente vai votar o parecer da comissão agora, estamos na discussão do parecer da comissão.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero ser um empecilho para a aprovação. O meu papel é apenas de fazer e de alertar. Eu sou favorável ao aperfeiçoamento e às emendas. A única coisa que eu gostaria de ver é exatamente isto: só ver com a Mesa, ver com o Marcelo e a equipe da Mesa junto com a assessoria aqui, se a gente tem segurança total, Deputada Celina Leão, na aprovação desse projeto. É para que a gente não evolua para um *quorum* de 16 e aprove com menos, pois depois terá problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu até reconheço o zelo de V. Exa. na questão da renúncia fiscal, mas se nós votamos o projeto do Hospital de Base que tinha que ter 16 e agora, num projeto desses, onde nenhuma das emendas fala sobre renúncia fiscal, nós estamos com 13, vocês estão com insegurança jurídica? Sr. Presidente, eu acho que a gente pode fazer essa discussão pública aqui, até porque a Emenda nº 11 e a Emenda nº 12 não falam absolutamente nada sobre renúncia, quero ver onde...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – São emendas aditivas.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou pedir ao Líder Agaciel, acho que até em respeito aos representantes do setor produtivo e ao nosso Secretário Valdir, que fez um esforço enorme para que esse projeto chegasse aonde chegou, acho que está na hora de a gente votar. Já há um acordo que, caso não seja possível, aquelas emendas que possam eventualmente contaminar o projeto, que sejam vetadas e depois a gente as discute.

Agora, acho que é importante que esse projeto seja votado. Nós corremos o risco de perder o *quorum* e de sairmos daqui todos frustrados. Então acho que essa discussão quanto maior, mais prejudicial, porque nós vamos estar aqui e daqui a pouco não vamos votar nada! Se não votarmos hoje não votaremos amanhã e aí a semana que vem talvez seja mais prejudicada ainda, talvez até por conta do feriado.

Então, é importante que a gente tenha isso em mente. Peço aos companheiros que coloquemos em votação.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu só queria dar mais uma informação que acho que é importante sobre a questão da técnica legislativa.

Todas as emendas que acatei na CCJ, todas, todas elas, nenhuma foi modificativa. O que significa, Secretário Valdir? Que nós não mudamos o texto originário que veio do governo, a não ser da Emenda nº 1, que é do Deputado Robério Negreiros, que foi acordado com o Líder do Governo e que teve uma emenda modificativa. Todas as outras são aditivas, por isso tenho colocado que os Parlamentares aqui podem votar com a tranquilidade de achar que não estão criando nenhum tipo de projeto que é inconstitucional ou que é ilegal, ou que o governo tenha dificuldade depois de organizar dentro do governo, até porque para a gente discutir uma derrubada de um veto aqui, a gente precisa de 13 Deputados; se for para derrubar.

Outra coisa, secretário, o que a gente deixa? A gente deixa um instrumento para, se vocês perceberem que isso pode ser utilizado, utilizarem dentro da regulamentação. Então, é para deixar os colegas mais tranquilos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fica mais confortável porque nós estamos com 16 votos e isso nos dá a segurança para que a gente faça essa votação. É importante dizer que o projeto é do governo e o maior interessado na votação é o governo. A iniciativa é dele, portanto nós somos favoráveis. Alguma ressalva ou algum alerta na discussão faz parte do processo legislativo, a gente faz, mas o entendimento é da Mesa. Vamos em frente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na questão do Pró-DF, eu tento entender a questão do PL porque, ao mesmo tempo que fala que não pode, pode, de um lado.

Então, só para entender que São Sebastião é uma situação diferente, e vou explicar por que. Quando da implantação do Pró-DF, lá em 1995 e alguma coisa, nas áreas que não tinham problemas fundiários, as empresas conseguiram avançar com a documentação. Seguiram todos os processos legais que exige o Pró-DF. E, diferentemente de São Sebastião, de Santa Maria, de Placa das Mercedes, o processo ficou parado no tempo. As empresas foram instaladas, por incentivo do próprio governo, na época, e que geram emprego e renda para a população. No entanto, por terem ficado paradas, hoje estão sendo penalizadas pelo PL da forma que veio do governo, o que é o meu entendimento.

Por isso é que peço aos nobres Pares para votar o projeto regularizando o Pró-DF da forma que está, com as emendas que foram apresentadas, porque tenho certeza de que o diálogo será construído e as áreas que acabei de citar também terão entendimento. Então, o meu entendimento é para votação do projeto para poder correr contra o tempo, pois os empresários estão aí há vinte, trinta anos esperando por uma solução.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas números 11 e 12 à matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Chico Vigilante para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas números 11 e 12 à matéria. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas números 11 e 12 à matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas números 11 e 12 à matéria. (Pausa.)

A Presidência designa a Deputada Celina Leão para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas números 11 e 12 à matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas números 11 e 12 à matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas números 11 e 12 à matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo às emendas números 11 e 12 ao Projeto de Lei nº 1.743, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, que instituiu o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - Pró-DFII,” bem como altera a Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências”.

Nos termos regimentais, o parecer da comissão é pela admissibilidade e aprovação das referidas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	46	

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer às emendas 11 e 12 está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as Emendas de nº 2 a 12 e Subemenda nº 6 à matéria. (Pausa.)

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas e às subemendas ao Projeto de Lei nº 1.743, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “que altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, que instituiu o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – Pró-DFII”, bem como altera a Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em relação as Emendas nºs 2 a 12 e da Subemenda nº 6, somos pela admissibilidade, pela aprovação, da Emenda nº 2; da Emenda nº 3; da Emenda nº 4; da Emenda Modificativa nº 5; da Emenda nº 8; da Subemenda nº 9; da Emenda nº 10; da Emenda Aditiva nº 11; da Emenda Aditiva nº 12 e da Subemenda nº 6.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.743, de 2017. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

O próximo item trata de um projeto de resolução, de autoria da Mesa Diretora, já discutido e debatido. Iremos colocá-lo em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 56, de 2017, de autoria da Mesa Diretora, que "altera os cargos em comissão da estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

Esse é um projeto de urgência relativo à questão dos técnicos de enfermagem do Fiscal.

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 56, de 2017, de autoria da Mesa Diretora, que "altera cargos em comissão da estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

É o seguinte o parecer:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



PARECER Nº - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Resolução nº 56/2017, que *Altera cargos em comissão da Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito federal*.

AUTORIA: Mesa Diretora

RELATOR: Dep. PROFESSOR REGINALDO VERAS

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição e Justiça deve examinar, quanto aos aspectos de admissibilidade, o Projeto de Resolução nº 56/2017, de iniciativa da Mesa Diretora, que *"Altera cargos em comissão da Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito federal"*.

O art. 1º cria na Estrutura Administrativa da CLDF 1 cargo em Comissão de Assistência, CL-01, e 1 Cargo em Comissão de Assessoramento, CL-02.

O art. 2º trata dos requisitos que devem ser preenchidos para provimento do Cargo em Comissão de Assessoramento, CL-02.

O art. 3º extingue 1 Cargo em Comissão de Supervisão, CL-03, na Diretoria de Recursos Humanos.

Os arts. 4º e 5º trazem as cláusulas de vigência e revogação.

Na justificação, os autores afirmam que o presente projeto *"objetiva solucionar de forma emergencial a falta de servidores concursados do cargo de Consultor Técnico-Legislativo, categoria Enfermeiro, haja vista que a aposentadoria dos profissionais desta categoria está inviabilizando a continuidade do funcionamento do Setor de Assistência à Saúde – SAS"*.

A proposição foi distribuída para a análise de admissibilidade na CCJ.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 63, inciso I, do Regimento Interno, compete à Comissão de Constituição e Justiça *examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica*

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

legislativa e redação, sendo de caráter terminativo o parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade e legalidade (RICLDF, art. 63, § 1º).

A presente proposição trata de cargos da estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, matéria de competência privativa da CLDF, nos termos do art. 60, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal:

"Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:

II – dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos;

V – criar, transformar ou extinguir cargos de seus serviços, provê-los, e iniciar o processo legislativo para fixar ou modificar as respectivas remunerações ou subsídios;

Trata-se de matéria de efeito ou interesse interno, de sorte que a espécie normativa adequada é a resolução, nos termos dos arts. 4º, § 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 13/1996 e 141 do Regimento Interno da CLDF. Portanto, adequada a proposição utilizada.

No que tange à iniciativa, a LODF não trata de iniciativa de resoluções e decretos legislativos, prevendo, tão somente, que compete privativamente à CLDF expedir decretos legislativos e resoluções (LODF, art. 60, inciso XXXVII).

Portanto, do ponto de vista da admissibilidade, a matéria está em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica, com o Regimento Interno da CLDF e com as leis em geral.

Do ponto de vista da técnica legislativa e da redação, não há óbices à sua aprovação.

Ante o exposto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, manifestamo-nos pela **ADMISSIBILIDADE** do **Projeto de Resolução nº 56/2017**.

Sala das Comissões, em

Deputado

Presidente

Deputado PROF. REGINALDO VERAS

Relator

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção da assessoria do governo e, em particular, do Líder de Governo. Nós, vários Deputados, temos visitado com muita frequência escolas públicas do Distrito Federal. Nós temos hoje ao redor de 58 diretores de escola que estão numa situação absolutamente irregular. Precisamos alterar a lei de gestão democrática, que permite aos professores com duas matrículas – ou seja, professores com 60 horas/aulas – coexistirem na função de diretor. Hoje isso não é possível. Então, a rede pública de educação sofrerá algumas situações extremamente onerosas para nossas escolas. Nós estamos pedindo aqui que a assessoria de governo ajude a encaminhar esse projeto ainda neste ano, para equacionarmos esse problema. Eu peço ajuda da Mesa Diretora da Casa, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Perfeito. Tem a nossa ajuda.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se possível, se houver votação de moções e outras coisas, que seja incluída na pauta uma moção de minha autoria. É a Moção nº 865, de 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Bispo Renato Andrade, acato a solicitação de V.Exa. Por favor, encaminhe à Mesa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Entendendo e facilitando todo esse processo, eu gostaria que V.Exa. encaminhasse à Mesa a moção, por favor. Mais uma vez faço um apelo aos assessores. Encaminhem com antecedência essas moções, não há nenhum problema, e isso ajuda muito a Mesa a trabalhar de forma mais facilitada. Muito agradecido.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversei com o Deputado Chico Vigilante e alguns colegas sobre a possibilidade de votarmos a indicação do Dr. Jorge Werneck, cientista e pesquisador, que já foi sabatinado. Ele está aqui desde as duas horas da tarde aguardando isso. É uma oportunidade de votarmos.

Tenho que confessar a V.Exa. que não o conheço. Mas em respeito a esse grande profissional de um currículo exemplar, vamos votar a indicação dele hoje à tarde, liberando-o para trabalhar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, ao contrário de V.Exa., eu conheço muito bem o nosso cientista, o nosso amigo Dr. Jorge Werneck, de competência máxima nessa área. Quero parabenizar esse trabalho e parabenizar a CDESCTMAT, que fez a sabatina e o aprovou. Não poderia ser diferente.

Temos todo o interesse de fazer essa votação, claro que temos, mas eu quero respeitar os Líderes desta Casa e fazer a consulta a eles. Tivemos entendimento anterior de que não votaríamos absolutamente nada que não fosse o Pró-DF II, em função de um trabalho que está sendo feito por esta Casa em relação à questão dos vigilantes.

Contudo, em respeito – eu quero dizer que tenho bastante respeito – ao cientista, ao nosso amigo Dr. Jorge, que é muito merecedor desse processo, vou fazer uma consulta aos Líderes para ver se fazemos a votação.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só desejo fazer coro ao Deputado Agaciel Maia. Hoje nós sabatinamos o Sr. Jorge na CDESCTMAT e eu fiz algumas perguntas a ele. Espero que não tenha ficado em constrangimento, mas a crise é tão grande que, quanto mais a gente adiar essa votação, mais será um diretor a menos para tentar tomar decisões. Então, faço coro ao Deputado Agaciel Maia para que possamos votar hoje, aqui em plenário, a indicação do Jorge para diretor da Adasa – Agência Reguladora de Águas e Saneamento.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	50	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Consultarei os Líderes, exatamente para que a gente possa fazer esse acordo. Há projetos de Deputados, e nós vamos votá-los logo em seguida. Vamos colocá-los na pauta para votação.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A gente fez uma consulta aqui. Se V.Exa. tivesse feito essa sugestão, eu acataria. Estou consultando os Líderes sobre esse pedido do Líder do Governo e também do Presidente da CDESCTMAT.

Deputado Wellington Luiz, sobre a questão do parecer da CDESCTMAT, há acordo para votação?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Há acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Ricardo Vale? (Pausa.) Deputado Chico Vigilante, como Vice?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que há a garantia de V.Exa. da reunião amanhã, às 17h, com o governador e o sindicato dos vigilantes para tratar e resolver o problema dos vigilantes, eu vou dar um voto de confiança a V.Exa., até mesmo porque eu acho que podem colocar quem quiserem na Adasa, que não vai resolver o problema hídrico daqui, que é de incompetência do governo. Não será nenhum técnico da Adasa que vai resolver isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Pela Liderança do PSB, Deputada Luzia de Paula, há acordo para votar o parecer da CDESCTMAT? Ok, há acordo. Deputado Agaciel Maia, sim. Deputada Telma Rufino, há acordo?

DEPUTADA TELMA RUFINO – Não, não há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Deputado Delmasso não se encontra. Deputado Cristiano Araújo, há acordo, sim ou não? Ok. Deputado Julio Cesar, há acordo?

DEPUTADO JULIO CESAR – Há acordo. O PRB está de acordo para votar hoje, agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Lira? Ok.

Há acordo da maioria dos Líderes para que o parecer, especialmente, seja incluído como item extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que trata da nomeação de Jorge Enoch Furquim Werneck Lima para o cargo de diretor membro da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Águas, Energia e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	51	

Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, com mandato de 5 anos, encaminhado pelas mensagens 271, de 2009, Processo nº 43, de 2017.

Aprovado parecer favorável pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito à secretaria legislativa que proceda à comunicação ao Sr. Governador. Agradeço aos líderes e parabenizo o Dr. Jorge.

Consulto os líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo simbólico. (Pausa.)

Havendo acordo, procederemos à leitura dos próximos itens para votação em bloco.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Item nº 141:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 844, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta pesar pelo falecimento do cineasta Dizo Dal Moro”.

Item nº 142:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 845, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza coordenadores dos guardas mirins, que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Item nº 143:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 846, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “parabeniza e homenageia o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais pelo relevante trabalho social que desenvolve junto à comunidade do Distrito Federal”.

Item nº 144:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 847, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os professores de Budô do Distrito Federal pelo seu dia”.

Item nº 145:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 848, de 2017, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o programa Feira Livre Nacional, veiculado pela Rádio Nacional de Brasília, pela relevante contribuição à arte e à cultura regionais, bem como ao desenvolvimento econômico por meio da divulgação das diversas feiras existentes no Distrito Federal e na região do Entorno”.

Item nº 146:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 849, de 2017, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza a Rádio Nacional Brasília AM pelos relevantes serviços prestados ao povo do Distrito Federal e à região do Entorno”.

Item nº 147:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 850, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta pesar pelo falecimento da estudante Raphaella Noviski, vítima de feminicídio em escola da cidade de Alexânia-Go”.

Item nº 148:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 851, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “manifesta votos de louvor pelos relevantes serviços prestados pelos profissionais que especifica à comunidade do Distrito Federal, na homenagem em comemoração ao Dia do Conselheiro Tutelar”.

Item nº 149:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 852, de 2017, de autoria do Deputado Julio César, que “sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF no sentido de conceder elogio aos militares que especifica”.

Item nº 150:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 853, de 2017, de autoria do Deputado Julio César, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os diretores e vice-diretores de escolas do DF que especifica pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Item nº 151:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 854, de 2017, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “manifesta voto de louvor e parabeniza o cabo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Wilson Machado Magalhães, da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo ato de bravura na ação policial no Grande Colorado”.

Item nº 152:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 855, de 2017, de autoria do Deputado Wasny Roure, que “parabeniza e homenageia o Sindicato dos Comerciantes pelos cinquenta e quatro anos de trabalho em defesa dos trabalhadores do comércio varejista”.

Item nº 153:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 856, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta apoio ao Comitê em Defesa da UNB pela luta em favor da recomposição orçamentaria e desbloqueio dos recursos próprios da Universidade de Brasília”.

Item nº 154:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 857, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que “manifesta votos de louvor e parabeniza à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) aos seus 20 anos de sua existência, através da ação educativa, nos aspectos econômicos e sociais, visando o aumento da produtividade agrícola e pecuária no Distrito Federal e Entorno, as pessoas que menciona”.

Item nº 155:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 858, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes e Wellington Luiz, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os peritos criminais da Polícia Civil do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados a toda a sociedade brasileira”.

Item nº 156:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 859, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que “manifesta votos de louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, parabenizando, pelo profissionalismo, os policiais militares do 9º BPM”.

Item nº 157:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 860, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “parabeniza e homenageia a Casa do Pequeno Polegar pelo lançamento do livro ‘Casa do Polegar: uma vida, muitas histórias’ e pelo relevante trabalho social que desenvolve junto à comunidade do Distrito Federal, atendendo crianças em situação de vulnerabilidade e risco social”.

Item nº 158:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.119, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "requerimento de realização de audiência pública para debater o cronograma de obras e o nome oficial da praça situada à QNP 13".

Item nº 159:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.142, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "requer a transformação da sessão ordinária do dia 07 de dezembro de 2017 em comissão geral para debater questões relacionadas à realocação dos médicos da Secretaria de Estado de Saúde do DF que não aderiram ao Programa Converte, conforme estabelecem as Portarias nº 77, de 14 de fevereiro de 2017, e nº 78, de 14 de fevereiro de 2017".

Item nº 160:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.149, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "requer a dispensa de publicação da redação final dos projetos que especifica, para votação imediata da redação final".

Item nº 161:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.134, de 2017, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que "requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura para discutir a reformulação do programa de atenção primária à saúde no Distrito Federal".

Item nº 162:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.094, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "requer a retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2016, que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Exmo. Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República do Brasil".

Item nº 163:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.133, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "requer a retirada de tramitação e arquivamento do Projeto de Lei nº 556/2011".

Item nº 164:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.111, de 2017, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 416/2015, de minha autoria".

Item extrapauta:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 861, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os músicos e profissionais da música pela passagem do Dia do Músico”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 862, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza Diretores e Vice-Diretores da Escola Classe 50 de Taguatinga, que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 863, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza síndicos de Brasília, que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 864, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle e do Deputado Rafael Prudente, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à Fundação Jardim Zoológico de Brasília – ZOO, em comemoração aos 60 anos, os servidores que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 865, de 2017, de autoria Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor às pessoas que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião do evento intitulado ‘Ciclo de Debates Voltados ao Profissional da Fonoaudiologia’”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.163, de 2017, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “requer a dispensa da publicação da redação final dos projetos que especifica, para votação imediata da redação final”.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência coloca em discussão e votação as moções e o requerimento lidos pela Secretária.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21	11	2017	15h	106ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

As moções e o requerimento estão aprovados com a presença de 16 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência convoca as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após a sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.743, de 2017, de autoria do Poder Executivo; e discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 56, de 2017, de autoria da Mesa Diretora, e demais itens da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje, conforme apresentação do Requerimento nº 3.164, de 2017.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h17min.)